

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

MARIANA DE SOUZA BATISTA

**INVESTIGANDO OS CANAIS E GARGALOS DO PROCESSO DE
COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS PELA
REFORMA AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

ABRIL DE 2024

**INVESTIGANDO OS CANAIS E GARGALOS DO PROCESSO DE
COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS PELA
REFORMA AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

MARIANA DE SOUZA BATISTA

Dissertação apresentada ao Centro de
Ciência do Homem da Universidade
Estadual Norte Fluminense - Darcy
Ribeiro, como parte das exigências para
a obtenção do título de mestre em
Políticas Sociais.

Orientador: Prof.: Dr. Marcos A. Pedlowski

**CAMPOS DOSGOYTACAZES
ABRIL DE 2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B333

Batista, Mariana de Souza.

Investigando os canais e os gargalos do processo de comercialização dos alimentos produzidos pela reforma agrária em Campos dos Goytacazes/RJ. / Mariana de Souza Batista. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

108 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Marcos Antonio Pedlowski.

1. Comercialização. 2. Reforma Agrária. 3. Assentados. 4. Feiras. 5. Canais de comercialização. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

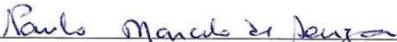
INVESTIGANDO OS CANAIS E GARGALOS DO PROCESSO DE
COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS PELA REFORMA
AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

MARIANA DE SOUZA BATISTA

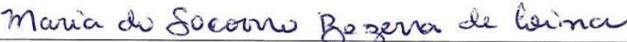
Dissertação apresentada ao Centro de
Ciência do Homem da Universidade
Estadual Norte Fluminense - Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para a obtenção
do título de mestre em Políticas Sociais.

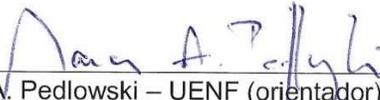
Aprovada em:

Comissão avaliadora:


Prof. Paulo Marcelo de Souza – UENF


Paulo Roberto Raposo Alentejano – UERJ


Maria do Socorro Bezerra de Lima - UFF


Marcos A. Pedlowski – UENF (orientador)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Patrícia, por todo esforço que fez para que eu chegasse até aqui, por todo apoio que me deu durante meus anos de estudo. Aos meus irmãos, Vanessa, Wander, João e Daniel, pelo apoio e incentivo durante minha caminhada.

Ao meu namorado, Matheus, que não mediu esforços para me ajudar durante esta pesquisa. Me deu ânimo quando as coisas pareciam difíceis e sempre me incentivou a prosseguir.

Aos amigos e colegas, que direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos assentados do Zumbi dos Palmares, que me receberam com muito carinho no assentamento e disponibilizaram tempo de suas vidas para contribuir com meu estudo. Do mesmo modo, agradeço aos feirantes, por cada entrevista e pela contribuição durante este trabalho.

À UENF, em especial ao setor de transportes, pelas viagens e pelas oportunidades que me foram concedidas. Ao PPGPS por todo trabalho e atenção durante os dois anos de curso.

À CAPES pelo financiamento da bolsa de pesquisa.

Aos professores membros da banca, Paulo Alentejano, Paulo Marcelo e Maria do Socorro Bezerra, por terem aceitado o convite e por contribuírem com minha pesquisa.

Ao meu orientador, Marcos Pedlowski, toda minha gratidão por esses dois anos de orientação, minha formação não teria sido a mesma sem as suas contribuições. Agradeço por cada ensinamento, direcionamento, conselhos e ajudas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, DESIGUALDADE NO ACESSO À TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	5
1.1 – A GÊNESE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA E SUA PERSISTÊNCIA ATÉ OS DIAS ATUAIS	5
1.1.2 – LEI DE TERRAS DE 1850 E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O ACESSO À TERRA PELOS POBRES	8
1.2 – A EVOLUÇÃO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	10
1.3 – O FIM DO REGIME MILITAR E A RETOMADA DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: ENTRE GRANDES EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES	15
1.4 – OS GOVERNOS LULA E DILMA E O PERÍODO DE REAÇÃO DE TEMER E JAIR BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOBRE A REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA	19
1.5 – REFORMA AGRÁRIA: A POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS COMO MINIMIZADORA DAS DESIGUALDADES NO ACESSO À TERRA E A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA	23
1.5.1 – ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE	26
CAPÍTULO 2 – A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A COMERCIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO	30
2.1 – PROCESSOS E AVANÇOS EM PROL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	30
2.2 – A REALIDADE AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES EM MOVIMENTO: DA SUPREMACIA DA MONOCULTURA DA CANA AO SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	34
2.3 – A INSERÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO	37
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	41
3.1 – ÁREAS DE COLETAS DE DADOS	41
3.1.1 – O PA ZUMBI DOS PALMARES	41
3.1.2 – FEIRAS E PONTOS DE VENDA DIRETA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	42
3.2 – A ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS	43
3.2.1 – QUESTIONÁRIOS	43

3.2.2 – ENTREVISTAS	44
3.2.3 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	45
3.3 – PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS	45
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	47
4.1 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PA ZUMBI DOS PALMARES	47
4.1.1 – PERFIL DOS ASSENTADOS DA AMOSTRA DO ZUMBI DOS PALMARES	47
4.1.2 – PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ZUMBI DOS PALMARES	49
4.1.3 – PRINCIPAIS GARGALOS ENFRENTADOS PELOS ASSENTADOS DO ZUMBI DOS PALMARES	52
4.2 – A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO SOB A VISÃO DE LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS E QUILOMBO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	55
4.3 – FEIRAS E PONTOS DE VENDA: ESPAÇOS DE OPORTUNIDADE OU DE EXCLUSÃO PARA OS ASSENTADOS CAMPOS GOYTACAZES?	61
4.3.1 – A FEIRA DA ROÇA	64
4.3.2 – FAS-CAMPOS	66
4.3.3 – PONTO DE VENDA DIRETA NA UENF	67
4.4 – COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DAS FEIRAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	68
4.4.1 – A PROPOSTA DA PMCG DE CRIAÇÃO DE UM COMPLEXO COMERCIAL DOS FEIRANTES	72
CONCLUSÕES	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos lotes do PA Zumbi dos Palmares	42
Figura 2 - Formas de chegada ao lote (%)	48
Figura 3. Ano em que os assentados chegaram nos lotes	49
Figura 4 . Participação em organizações sociais no Zumbi dos Palmares (%)	54
Figura 5. Possíveis meios para melhorar a comercialização no Zumbi dos Palmares (%)	55
Figura 6 - Distribuição das feiras e ponto de venda direta na área urbana de Campos dos Goytacazes	62
Figura 7 - Mosaico fotografias retiradas da Feira da Roça em diferentes pontos	64
Figura 8 - Mosaico de fotografias dos diferentes pontos da FAS – Campos.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de famílias assentadas em cada governo a partir do Regime Militar de 1964	25
Tabela 2 - Assentamentos de reforma agrária criados a partir de 1997 após ocupações lideradas pelo MST no Norte Fluminense	28
Tabela 3 - Organização das entrevistas	44
Tabela 4 - Produção agrícola em Campos dos Goytacazes em 2022	50
Tabela 5 - Produção agrícola amostra Zumbi dos Palmares 2022	50
Tabela 6 - Produção e comercialização de leite no Zumbi dos Palmares em 2022	52
Tabela 7 - Principais canais de comercialização utilizados pelos assentados do Zumbi dos Palmares em 2022	53
Tabela 8 - Culturas produzidas e canais de comercialização	56
Tabela 9 - Culturas mais dependentes dos atravessadores para serem escoadas	57
Tabela 10 - Papel e relação dos atravessadores com a comercialização da produção em assentamentos e quilombos	58
Tabela 11 - Incentivo do poder público ao processo de comercialização da produção dos assentamentos e quilombos	59
Tabela 12 - Mecanismos de produção e/ou comercialização de forma coletiva nos assentamentos e quilombo	60
Tabela 13 - Possíveis meios para melhorar a comercialização	61
Tabela 14 - Feiras e ponto de venda direta em Campos dos Goytacazes, RJ	63
Tabela 15 - Acesso às feiras em Campos dos Goytacazes	68
Tabela 16 - Transporte da produção até as feiras	69
Tabela 17 - Comparativo de preços entre assentamentos e feiras	70

RESUMO

Com a modernização do campo e a tendência capitalista de mercantilizar tudo o que é produzido, a produção agrícola também passou à condição de mercadoria. Diante disso, os agricultores necessitam garantir o acesso à terra para garantir sua sobrevivência e reprodução social. A partir dessa necessidade, o Estado passou à condição de provedor do acesso democrático à terra, por meio da realização da reforma agrária que beneficiaria os produtores sem terra. No Brasil ainda não houve de fato tal processo, mas em meio a momentos de avanços e retrocessos, assentamentos da reforma agrária foram sendo criados no país. No caso de Campos dos Goytacazes foi no final da década de 1990 que essa política ganhou força quando a maioria das usinas de açúcar e álcool existentes no município entrou em falência, ocasionando desemprego e gerando o aparecimento de terras improdutivas. Diante dessa situação problemática, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se instalou no município para pressionar o governo federal para a criação dos assentamentos. Com o acesso à terra em tese garantido se tornou necessário a existência de canais meios para que a produção dos assentados fosse comercializada. Em tese, o acesso a canais de comercialização garante aos assentados e agricultores, de modo geral, uma renda para que estes consigam garantir sua sobrevivência e garantir a produção de seus alimentos. No entanto, esta pesquisa mostra que em face da inexistência de canais coletivos de comercialização, a maioria da produção é vendida a atravessadores que ocupam um papel duplo no sentido de, por um lado, viabilizar o escoamento da produção e, por outro, diminuir a remuneração dos agricultores. O estudo também revela que a existência de feiras e pontos de venda direta não resolve a dependência em relação aos atravessadores, na medida em que os agricultores não recebem o apoio necessário por parte do governo municipal. Deste modo, a inexistência de políticas governamentais para apoiar a agricultura familiar acaba fortalecendo a dependência em relação aos atravessadores, ao mesmo tempo em que inibe o fortalecimento de iniciativas autônomas que poderiam aumentar a margem de remuneração dos agricultores.

Palavras-chave: comercialização, Reforma Agrária, assentados, feiras, canais de comercialização.

ABSTRACT

With the modernization of the countryside and the capitalist tendency to commodify everything that is produced, agricultural production also became a commodity. Given this, farmers need to guarantee access to land to guarantee their survival and social reproduction. Based on this need, the State became the provider of democratic access to land, through the implementation of agrarian reform that would benefit landless producers. In Brazil, there has not yet been such a process, but amidst moments of advances and setbacks, agrarian reform settlements were being created in the country. In the case of Campos dos Goytacazes, it was at the end of the 1990s that this policy gained strength when most of the sugar and alcohol plants in the municipality went bankrupt, causing unemployment and generating the appearance of unproductive land. In face of this problematic situation, the Landless Rural Workers Movement (MST) established roots in the municipality to pressure the federal government to create settlements. With access to land theoretically guaranteed, it became necessary for the existence of channels for the settlers' production to be commercialized. In theory, access to marketing channels guarantees settlers and farmers, in general, an income so that they can guarantee their survival and guarantee the production of their food. However, this research shows that due to the lack of collective marketing channels, the majority of production is sold to middlemen who play a dual role in the sense of, on the one hand, facilitating the flow of production and, on the other, reducing the remuneration of farmers. The study also reveals that the existence of fairs and direct sales points does not resolve dependence on middlemen, as farmers do not receive the necessary support from the municipal government. In this way, the lack of government policies to support family farming ends up strengthening dependence on middlemen, at the same time that it inhibits the strengthening of autonomous initiatives that could increase farmers' remuneration margin.

Keywords: commercialization, Agrarian Reform, settlers, fairs, marketing channels.

INTRODUÇÃO

Muitos são os problemas que afetam a agricultura familiar no Brasil, o primeiro que será abordado nesta pesquisa é a concentração de terras e a falta de uma reforma agrária. A estrutura fundiária brasileira é resultado do período colonial, em que as terras foram distribuídas por meio de sesmarias, neste sistema as terras ficaram concentradas nas mãos de homens nobres que deveriam retirar da terra o máximo de capital, produzindo nas terras gêneros para alimentar o mercado europeu. Ou seja, desde a colonização a estrutura fundiária brasileira esteve pautada na concentração de terras, exploração de recursos naturais e na exploração da força de trabalho humano. Com isso, temos como resultado atual a grande resistência a uma reforma agrária no Brasil, pois apenas os interesses da classe dominante do campo são preservados (Hoeller; Fagundes; Vergara, 2021). Após a extinção do sistema de sesmarias, foi adotada a Lei de Terras de 1850, que tinha como função regular a posse da terra, a partir desta Lei, as terras passaram a ser adquiridas por meio da compra, o que ajudou a restringir o acesso às terras, como a maior parte da população brasileira era composta por ex escravizados e povos originários, estes não teriam meios para adquirirem terras, pois mal tinham meios de sobreviver, assim a estrutura concentradora de terras se mantinha (Hoeller; Fagundes; Vergara, 2021).

Atualmente as elites agrárias se impõem fortemente contra a reforma agrária no Brasil, além disso, nas últimas décadas se dedicam à construção da hegemonia do agronegócio. Diante disso, o acesso às terras ainda é restrito, e existem diversos conflitos no campo devido ao embate entre agricultura familiar e agronegócio. O fato é que o Brasil passou a adotar a política de criação de assentamentos da reforma agrária para tentar camuflar as desigualdades que existem no campo. Entretanto, esta política não tem bastado para reparar as desigualdades existentes entre a agricultura familiar e o agronegócio e também não tem sido suficiente para garantir o acesso à terra a toda população que necessita e tão pouco tem garantido aos cidadãos assentados formas de sobreviver e viver a partir da sua produção. A partir deste ponto, esta pesquisa busca investigar os canais de comercialização a que os assentados têm acesso para comercializarem sua produção. Os agricultores familiares que conseguem acesso às

terras por meio da política de criação de assentamentos rurais, enfrentam outras dificuldades, que vão desde a falta de incentivo à produção até a falta de canais para comercializar sua produção. Estes pequenos produtores enfrentam dificuldades para se inserirem nos mercados pois falta uma política eficiente e que os abarque. No mundo atual capitalista, existe a necessidade de garantirem uma renda a partir de sua produção, produzir apenas para o consumo não garante uma boa qualidade de vida aos assentados e pequenos agricultores no geral. A comercialização da produção agrícola pode acontecer por diversos canais, que serão abordados mais detalhadamente em um capítulo posterior, como feiras; pontos de venda direta; atravessadores; venda direta para mercados, hortifrutis, padarias etc; usinas, entre outros

No município de Campos dos Goytacazes, a crise do setor sucroalcooleiro que resultou no fechamento da maioria das usinas de açúcar e álcool deixou um grande número de trabalhadores rurais desempregados. Diante do cenário de crise social e econômica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a se organizar no município para reunir os trabalhadores recém desempregados pelas usinas e conscientizá-los sobre a necessidade de ocupação das terras improdutivas pertencentes aos donos das usinas. Este momento histórico é marcado pela luta do MST e dos ex- trabalhadores contra as elites agrárias do município. A partir de sua capacidade de organização, o MST foi capaz de pressionar o governo federal pela realização de um processo de reforma agrária nas terras, assim, surgem diversos assentamentos, onde esses antigos trabalhadores da usina passam a trabalhar como agricultores familiares (Carneiro, 2020).

No município que será o local de estudo desta pesquisa, pode-se concluir que as feiras que existem na cidade seriam uma tentativa de circuitos curtos de comercialização, nos quais tenta-se estabelecer, pelo menos na teoria, uma relação de proximidade entre os produtores rurais e o mercado consumidor. As pesquisas apontaram para a existência de duas feiras que ocorrem em Campos dos Goytacazes, a Feira da Roça e Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes - Campos (FAS - Campos). Estas feiras surgiram no município com a intenção de serem canais de comercialização para os agricultores familiares que residem no município. Ambas as feiras começaram a ser

organizadas em Campos nos anos 1990, como uma alternativa para superar as dificuldades de escoamento da produção que assentados e quilombolas enfrentavam no município. Mais de vinte anos após a criação destas feiras, a realidade delas mudou e elas não foram capazes de cumprir seus objetivos iniciais e estes espaços não têm sido de grandes oportunidades para os agricultores familiares campistas escoarem sua produção. Atualmente, estas feiras estão ocorrendo de Terça-Feira à Sábado, em diversos bairros do município, como: Centro, Pecuária, Parque Imperial, Flamboyant, Jardim Carioca, Parque Califórnia, entre outros, sendo que a maioria dos pontos das feiras ocorrem em praças, onde têm sido espaços de interação e de relações comerciais.

Desse modo, as questões que nortearam esta pesquisa foram sobre quais seriam os principais canais de comercialização a que os assentados de Campos dos Goytacazes têm acesso; e de onde provém a produção que está sendo comercializada nas feiras e pontos de venda direta. O principal objetivo do trabalho é investigar os canais e os gargalos do processo de comercialização da produção agrícola dos assentamentos de Campos dos Goytacazes. Já os objetivos específicos são identificar e mapear os pontos de venda direta e as feiras que ocorrem no município e reconhecer de onde vem a produção comercializada nestes pontos.

Para responder as questões e atingir os objetivos esta pesquisa foi dividida em 4 capítulos. O primeiro deles traz a evolução do acesso às terras no Brasil, trazendo um breve histórico sobre a construção da estrutura fundiária desigual que tem raízes profundas no processo de colonização. Neste capítulo é abordado como a importação do sistema de sesmarias, que era utilizado em Portugal, teve muitos efeitos negativos no Brasil, principalmente devido a diferença territorial entre a metrópole e a colônia. Além disso, há a abordagem da Lei de Terras, que legislou a posse de terras por meio de compra, o que limitou o acesso às terras para a maior parte da população brasileira. Ainda no capítulo 1, serão abordadas as políticas de reforma agrária que foram adotadas ao longo dos anos, mostrando como a reforma agrária não foi de fato adotada por nenhum dos governos até os dias atuais. O que tivemos foram momentos de retrocessos e pequenos avanços no que se refere a políticas de acesso à terra, como a criação de assentamentos, graças à forte mobilização dos movimentos sociais em prol

do acesso democrático às terras. Ademais, neste capítulo também foi abordado acerca dos assentamentos e a criação de assentamentos da reforma agrária na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, especialmente em Campos dos Goytacazes.

No Capítulo 2 foi abordada a agricultura familiar no Brasil e os canais de comercialização que os pequenos agricultores têm acesso. Esse capítulo foi subdividido em três partes, na primeira delas são apontados os processos e avanços em prol da agricultura familiar no Brasil nos últimos anos; a segunda parte trata da agricultura familiar especialmente em Campos dos Goytacazes, mostrando como o município tem ainda hoje sua economia agrícola baseada na cana de açúcar; já a terceira parte deste capítulo aborda a ideia de mercados e a inserção da agricultura familiar nos mercados atuais da economia capitalista.

No Capítulo 3 foi detalhado a metodologia desta pesquisa. Nele, foram expostos cada um dos instrumentos de coletas de dados e como e onde foram usados. Há uma descrição das áreas de pesquisa, que foram: Assentamento Zumbi dos Palmares, Feira da Roça, Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes de Campos (FAS - Campos) e ponto de venda direta da UENF.

O quarto e último capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Primeiramente, é abordado acerca da produção agrícola do Zumbi dos Palmares e os principais canais de comercialização em que a produção tem sido escoada. Em um segundo momento faz-se a análise das feiras que ocorrem no município de Campos dos Goytacazes, nesta parte são apresentados os resultados a respeito da produção que está sendo comercializada nas feiras e quem tem tido acesso a elas.

CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, DESIGUALDADE NO ACESSO À TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A estrutura fundiária brasileira é marcada pela forte concentração de terras, há no meio rural brasileiro uma grande tensão em torno da luta pelo acesso à posse da terra. Esta estrutura é resultado do processo de colonização que o Brasil passou. Todavia, ao longo dos anos, poucas foram as medidas adotadas pelos governos brasileiros para mudar a realidade fundiária no país. Ao contrário, a concentração de terras e a desigualdade no campo foram acentuadas, devido ao grande apoio ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Fato é que, os governos brasileiros, adotaram a política de criação de assentamentos como forma de minimizar as desigualdades vistas no meio agrário. Através desta política, grandes áreas improdutivas foram desapropriadas para fins de reforma agrária, nestes espaços assentamentos foram criados e famílias foram assentadas. Entretanto, para a adoção desta política foi necessário muita luta de movimentos sociais do campo, que pressionaram os governos a fim de conter as desigualdades no que se refere ao acesso à posse da terra. No Norte Fluminense, a criação de assentamentos ganhou maior força a partir da falência do setor sucroalcooleiro, que levou o fechamento de inúmeras usinas e ao desemprego de milhares de trabalhadores. Neste contexto, o Estado foi pressionado a atuar na situação, de terras improdutivas e trabalhadores desempregados, nesta ocasião foi criado o primeiro assentamento de reforma agrária na região, o Capelinha, e posteriormente o Zumbi dos Palmares.

1.1 – A GÊNESE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA E SUA PERSISTÊNCIA ATÉ OS DIAS ATUAIS

As raízes da questão agrária brasileira estão diretamente fincadas no modelo de colonização que a Coroa Portuguesa adotou após o início da conquista colonial a partir de 1500. Para melhor compreender a constituição dessa questão agrária é necessário fazer um recorte dos acontecimentos que levaram o Brasil a se tornar um dos países com maiores taxas de concentração de terras do mundo. Segundo Silva (2008), o modelo colonial aplicado no Brasil se baseou na produção de bens primários para atender uma

crescente demanda europeia, dando ao território ocupado pelos portugueses uma função comercial, baseada na exploração das riquezas naturais e dos solos. Silva (1980) afirma que os portugueses buscaram formas de firmar seu poder nas terras brasileiras, ocupando o espaço e buscando meios para acumular capital. Assim a ocupação do território brasileiro aconteceu com base na produção de gêneros que tinham altos preços e que sustentavam a política mercantilista da Europa e impulsionava a acumulação primitiva do capital.

Com o objetivo de concretizar o processo de conquista colonial, as terras brasileiras foram repartidas através da adoção do sistema de Capitania Hereditária, a partir do qual o rei Dom João III dividiu as terras brasileiras em 15 partes e as distribuiu a nobres de sua confiança, sendo essa a gênese da estrutura fundiária brasileira, ancorada em um processo que privilegiou a concentração da terra nas mãos de um pequeno número de proprietários. Cada um dos nobres ficou conhecido como capitão donatário e as porções de terras destinadas a cada um deles deveria cumprir a função de exploração do solo. Assim, cada um dos capitães tinha a responsabilidade de administrar suas capitania como províncias de Portugal e não como sua propriedade privada (Silva, 2008).

Em função do fracasso inicial do modelo das capitania hereditárias, a Coroa Portuguesa optou por impor à sua nova colônia, o sistema de sesmarias que já era utilizado em Portugal. Neste sistema, cada capitão donatário poderia dividir sua capitania e destinar lotes de terras a pessoas de sua confiança. O objetivo deste sistema era dar às terras uma função produtiva, obrigando que nelas o solo fosse cultivado, sendo que o não cumprimento da obrigação culminava na perda do domínio da terra (Silva, 2008). De acordo com Silva (2008), a legislação que regia a concessão de terras por sesmarias passou por duas etapas. A primeira etapa, que ocorreu até o final do século XVII, se baseava apenas nas Ordenações do Reino. Nesta etapa, o sistema de sesmarias se baseava na gratuidade e na condicionalidade de doação de terras, ou seja, as terras eram doadas gratuitamente sob a condição de que elas seriam bem aproveitadas dentro de um prazo de tempo estipulado. Além disso, de acordo com as Ordenações do Reino, as terras doadas deveriam respeitar um tamanho, de acordo com o que cada novo ocupante poderia controlar e torná-la produtiva. A área máxima das sesmarias deveria ser de três

léguas ou meia légua¹ dependendo da capitania (Silva, 1980). Todavia, as autoridades responsáveis pela distribuição da terra, na ânsia de ocupar o vasto território, não colocaram em prática as ordenações. Então, a partir da última década do século XVII diversas normas em forma de decretos, estatutos, cartas de lei, etc, começaram a regular o sistema de sesmarias, modificando e adaptando-o à realidade colonial brasileira, dando início a segunda etapa de regimento de sesmarias (Silva, 2008).

Um dos principais motivos para que acontecesse uma mudança na aplicação do regime de sesmaria no Brasil foi a diferença de tamanho do território da Colônia quando comprado ao da Metrópole. Ao exportarem o sistema de sesmarias para o Brasil, os portugueses ainda não tinham conhecimento de que as dimensões territoriais da nova Colônia eram muito maiores do que a sua. A partir da identificação desse fato, a Coroa Portuguesa decidiu que a distribuição de terras ocorreria de forma diferente para que o território fosse efetivamente ocupado. Devido a vasta extensão territorial do Brasil, grandes porções de terras foram então concedidas para conseguir tirar proveito das terras de forma mais fácil (Silva, 2008). A partir daí, o domínio das terras começou a ser estruturado com o intuito de atender às demandas da metrópole. Nessa época, as necessidades do emergente mercado europeu giravam em torno de produtos agrícolas tropicais, tal como o açúcar. Assim, a agricultura brasileira começou a se moldar e a tomar formas que se baseavam no domínio do latifúndio, das monocultoras e do sistema escravista (Silva, 2008).

Em função desse modelo agrícola colonial, a estrutura social que começou a ser formada no Brasil colônia era composta por senhores de engenho, grandes proprietários de terras e trabalhadores pobres que, em sua maioria absoluta eram negros escravizados. Além disso, existiam outras categorias que davam sustento às camadas anteriormente citadas, tais como trabalhadores livres de engenhos, mercadores, clérigos e indivíduos que realizavam diversas funções. Para esta parte da população restava a construção de pequenos sítios agrícolas, mesmo que não se fixassem definitivamente em um local.

¹ Cada légua no Sistema de Sesmarias correspondia a 3000 braças; 1 alqueire corresponde a 10000 braças.

De acordo com Silva (1980), os responsáveis por pequenos sítios agrícolas foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil. Essa parcela da população era vista como vadia e ociosa, além de serem vistos como marginais pelas autoridades coloniais. Os responsáveis pelos pequenos sítios viviam de forma diferente da estrutura dominante da época, trabalhavam por conta própria com ferramentas de trabalho precárias, não possuíam escravos, além de não terem a posse da terra sendo em sua maioria, homens brancos livres (Silva, 1980). Apesar destes pequenos lotes estarem às margens da estrutura formal, havia interesse das autoridades coloniais em manter esses agentes atuantes, pois, além de produzirem para a sua própria subsistência, os excedentes do que eles colhiam para consumo eram utilizados para abastecer pequenos centros urbanos e povoados. Assim, por meio da fixação destes pequenos sítios, a Coroa Portuguesa encontrou um mecanismo para alimentar a população, enquanto os grandes engenhos se ocupavam de fornecer os produtos de exportação (Silva, 1980).

Por outro lado, a distribuição desigual das terras no período de colonização acabou gerando uma estrutura fundiária altamente concentrada nas mãos de um pequeno número de grandes posseiros. Neste contexto, a realidade agrária brasileira atual é resultado da dinâmica de desigualdade que foi iniciada no período colonial com consequências que perduram até os dias atuais (Silva, 2008).

1.1.2 – LEI DE TERRAS DE 1850 E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O ACESSO À TERRA PELOS POBRES

Em 17 de julho de 1822, a Coroa Portuguesa, por meio da Resolução do Príncipe Regente, determina o fim a distribuição de terras por meio das sesmarias, sem que houvesse de imediato outra legislação para regular a ocupação das terras no Brasil. Esse período sem legislação ficou conhecido como a “fase áurea do posseiro”, pois a concessão por meio da posse passou a ser o único meio de domínio sobre terras no Brasil, sendo que essa configuração de vazio legal perdurou até 1850. O cenário que o Brasil passou a enfrentar após o processo de independência em relação a Portugal em 1822, era a continuidade da possibilidade de possuir terras, sem uma política governamental de ordenamento, e a continuação do sistema escravagista. Diante disso,

as oligarquias rurais ao mesmo tempo em que tinham interesse em regulamentar a propriedade das terras, sentiam-se confortáveis com o status quo vigente (Silva, 1980)

Paralelamente ao fim das sesmarias, a economia exportadora entrava em crise no Brasil, o que acabou causando a expansão do número de pequenos lotes neste período (Silva, 2008). Entretanto, já em meados do século XIX há o início do chamado ciclo do café que permitiu a recuperação da economia exportadora, gerando ainda uma ampliação da demanda por mão de obra. Essa situação coincidiu com o início das restrições da Inglaterra ao tráfico de escravizados vindos da África, o que fez com que o valor deles aumentasse. Esta dicotomia entre demanda e oferta de trabalhadores escravizados resultou em uma insuficiência de trabalhadores. Para solucionar este problema, uma política de incentivo a imigração foi adotada pelo governo imperial brasileiro.

Nesse contexto repleto de controvérsias é que foi promulgada, em 1850, a chamada de Lei de Terras que inaugurou o estatuto da propriedade privada da terra no Brasil, já que até então todas as terras tinham pertencido à Coroa Portuguesa e ao Império Brasileiro. A Lei de Terras serviu ainda para disciplinar quem poderia deter a propriedade da terra no Brasil, pois excluiu não apenas indígenas e africanos escravizados, mas também os imigrantes europeus, do direito de serem proprietários de terras. A Lei de Terras veio para confirmar o poder dos grandes proprietários, já que ela instituiu que apenas poderiam ter acesso à propriedade da terra, aqueles que pudessem pagar um determinado valor ao governo imperial brasileiro. Com a instituição da propriedade privada, a terra deixou de ser uma condição para a produção para assumir a função de mais um bem passível de ser comprado ou vendido (Silva, 1980). A Lei de Terras acabou servindo para perpetuar a desigualdade na distribuição da terra no Brasil, pois segundo Stedile (2012):

“A Lei Nº 601 de 1850 foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (Stedile, 2012, p. 25).

As reformas liberais que ocorreram no II Império tiveram o ápice por meio da Lei de Terra, pois ela desconhecia qualquer outro meio de posse da terra que não fosse por

meio da compra. Diante disso, trabalhadores rurais foram expulsos das terras que ocupavam por meio da posse ou necessitaram se submeter aos mecanismos de exploração da nova classe de proprietários privados. A partir deste processo de privatização da terra, onde a compra das terras passou a se dar pelo pagamento do valor estipulado pelo mercado, entrando assim na circulação do capital (Linhares e Silva, 1999).

Por outro lado, com a privatização da terra e a ênfase no cultivo do café, os núcleos urbanos que se formavam no século XIX passaram a conviver com a escassez na oferta de alimentos, que já era uma problemática existente desde o período colonial. Para abrandar esta situação, o governo imperial iniciou a formação de núcleos coloniais para aumentar a produção de alimentos. Entretanto esses núcleos deveriam funcionar de forma que os colonos não conseguissem viver apenas dos recursos obtidos com a produção de alimentos, obrigando-os a vender sua força de trabalho aos latifundiários envolvidos na produção cafeeira (Silva, 1980).

O fato é que a Lei de Terras serviu para consolidar e legalizar a ordem agrária que foi inaugurada no período colonial. Com isso, houve a consolidação de um padrão altamente desigual de acesso à terra no Brasil, com uma minoria dos proprietários detendo o controle da maioria das terras agrícolas.

1.2 – A EVOLUÇÃO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Enquanto as disputas em torno da propriedade da terra ocorrem desde o início da colonização do Brasil as lutas em prol de uma reforma da estrutura agrária brasileira é mais recente. Em 1920, por meio do chamado “Movimento Tenentista”, o tema da reforma agrária foi trazido à discussão. O Tenentismo foi um movimento liderado por jovens oficiais do Exército brasileiro e seus membros estavam preocupados com a democratização do processo eleitoral, e viam a persistência do latifúndio como um problema grave, pois os grandes proprietários de terras estavam ligados ao coronelismo que exercia forte controle político dos eleitores. Assim, durante a Constituinte de 1934, os líderes do Movimento Tenentista procuram garantir as condições para a realização de uma reforma agrária, mas acabaram sendo derrotados. Desta forma, durante o chamado

Estado Novo, o que ocorreu foi a realização de projetos oficiais que tentavam estimular a colonização de terras localizadas em áreas de fronteira (Medeiros, 2003).

Já na década de 1950 foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária e o Serviço Social Rural, o que indicava a propensão do governo federal de intervir nas questões referentes ao campo, no que tangia a propostas de modificações na estrutura fundiária agrária e a prestação de serviços sociais no meio rural, garantindo uma melhor condição de vida à população rural. Porém nenhum dos dois órgãos trouxe políticas relevantes de intervenção para resolver as disputas agrárias (Camargo, 1981). Mas na mesma década ocorreram eleições presidenciais, e Juscelino Kubitschek trouxe o tema da reforma agrária em sua campanha eleitoral, porém com o foco sobre a necessidade de eliminar o atraso tecnológico no campo. Todavia, Kubitschek para conter as pressões das elites conservadoras que apoiavam sua candidatura, defendeu que a política de Reforma Agrária que adotaria seria em respeito à Constituição e à propriedade privada, seria uma política que se limitaria a aumentar gradativamente a taxação de latifúndios improdutivos e a expandir créditos agrícolas. Ao ser eleito, Juscelino Kubitschek demonstra grande sensibilidade à causa reformista e declara pretensão de estabelecer uma Reforma Constitucional, Administrativa, Agrária, Previdenciária e o Crédito Rural. Entretanto, Kubitschek não consegue levar adiante suas pretensões e seu governo se limitou, no que se refere à reforma agrária, a “política do possível”, instaurando um Programa de Metas – por meio de uma relação de troca com a facção ruralista, que aceitou o programa em troca da conservação das relações conservadoras no campo, entretanto, este programa não foi capaz de promover uma reforma agrária e esta se limitou a caminhos conciliadores e seguros politicamente (Camargo, 1981).

No final da década de 1950 e início de 1960, o debate sobre a necessidade de realização da reforma agrária ganhou amplitude, pois antes disso, esse debate estava resumido a círculos intelectuais e políticos. A ampliação do debate acerca da necessidade de se realizar a reforma agrária se deu por variados fatores, mas o principal deles foi a unificação e o crescimento das lutas pela terra em diversas partes do Brasil. Além disso, em nível global, a conjuntura da Guerra Fria e o debate para condições de desenvolvimento de países latino americanos também colaboraram para tornar evidente a necessidade da reforma agrária no Brasil (Medeiros, 2003).

No contexto regional, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), por meio do documento *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, posteriormente conhecido como “manifesto latino-americano” apontava para necessidade de mudar o quadro de subdesenvolvimento econômico visto nos países latino-americanos e promover o desenvolvimento econômico deles, indicando a necessidade de avançar o processo de industrialização. Para CEPAL, a agricultura baseada em grandes propriedades era um obstáculo para o desenvolvimento econômico regional. Um ponto central nas formulações da Cepal era de que seria necessário aumentar o padrão de vida das populações rurais para que elas pudessem participar do consumo dos bens produzidos pela das indústrias que surgiriam.

De acordo com Medeiros (2003), três grupos eram responsáveis pela maior visibilidade da reforma agrária no Brasil. O primeiro era Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi um dos responsáveis por difundir a reforma agrária como a principal demanda dos trabalhadores rurais e que também agia como um organizador das lutas que se desenrolaram a partir da década de 1950. De forma prática, o PCB lutava por melhores salários no campo, criação de direitos trabalhistas, apoio à resistência dos trabalhadores na terra. Por outro lado, o PCB apontava para a necessidade de eliminação dos latifúndios, pois estes eram vistos como a causa principal do atraso. O segundo grupo que animava a luta pela reforma agrária eram as Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas surgiram inicialmente no estado de Pernambuco, a partir da ação embrionária de militantes do PCB, mas terminaram por se constituir em um elemento autônomo na luta pela terra. Sob o comando do líder camponês Francisco Julião, as Ligas argumentavam que a reforma agrária serviria para diminuir o poder dos latifundiários e a importância dos pequenos proprietários na produção agrícola nacional. O terceiro grupo que também atuava no debate da reforma agrária brasileira eram organizações ligadas à Igreja Católica cujo foco era apoiar o acesso à terra e lutar pela aplicação de políticas que possibilitassem a criação de uma classe média rural (Medeiros, 2003).

A partir da década de 1960, o debate sobre a necessidade de realização da reforma agrária logrou obter um alcance nacional. As lutas que anteriormente aconteciam de forma limitada e com conflitos localizados que eram resolvidos pelos proprietários da

terra, passaram a ser mediados pelo Estado. Além disso, foi possível dar visibilidade para as categorias que lutavam no meio rural (Medeiros, 2003). A partir desta nova configuração, os movimentos sociais do campo ganharam força e passaram a pressionar o Estado em prol da realização de uma reforma agrária e da concessão de direitos para as populações camponesas. Com isso, no início da década de 1960, João Goulart, o então presidente, dá início ao seu projeto de Reformas de Base, no qual a reforma agrária é tida como principal elemento para mudança do paradigma de produção e organização social do país. A proposta de João Goulart para a reforma agrária baseava-se na defesa da necessidade de mudar a Constituição, visto que a que estava em vigor defendia que as desapropriações de terra deveriam ocorrer por meio de pagamentos em dinheiro (Pessôa, 2019).

Ademais, durante o governo Jango, o direito à organização sindical dos trabalhadores rurais foi regulamentado (Medeiros, 2003). Além disso, por meio de atividades desencadeadas pelas Ligas Camponesas, o presidente João Goulart instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, através da Lei nº 4.214, em 3 de março de 1963. Com base neste Estatuto, os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (Alentejano; Amaro Júnior; Silva, 2022). Ainda no governo de Goulart foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), organismo estatal subordinado diretamente à Presidência da República, que realizou importantes desapropriações de terras antes do golpe militar, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1964 a instalação de um regime militar a partir de um golpe de Estado cometido contra João Goulart, houve uma guinada autoritária no debate e as lutas em favor da reforma agrária e das condições de qualidade das populações rurais. Esse período da história brasileira foi marcado pela forte repressão e censura de movimentos sociais, incluindo os que lutavam pela reforma agrária. Todavia, mesmo diante de toda a repressão, as mobilizações dos trabalhadores alcançaram alguns marcos importantes. Medeiros (2003) aponta que o direito à organização sindical aos trabalhadores rurais foi mantido mesmo após o golpe militar, ainda que sob fortes restrições.

Um dos primeiros atos do regime militar foi promulgar o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 em novembro de 1964. Por meio do Estatuto da Terra, as propriedades rurais foram

divididas em quatro categorias: 1) aquelas que tinham menos de um módulo rural e eram insuficientes para promover a subsistência dos agricultores e suas famílias; 2) latifúndios por exploração, que eram definidos como propriedades rurais entre 1 e 600 módulos rurais e que eram explorados em níveis inferiores à média regional; 3) latifúndios por extensão, cuja área era superior a 600 módulos rurais, independente da produção desenvolvida, e 4) as empresas rurais, que eram imóveis que possuíam entre 1 e 600 módulos rurais onde a exploração da terra alcançava um nível compatível com padrões regionais e a legislação trabalhista e preservação de recursos naturais eram cumpridas. Além disso, o Estatuto da Terra também regulamentou os contratos de arrendamento e de parceria com o intuito de diminuir os conflitos rurais (Medeiros, 2003).

Por outro lado, o Estatuto da Terra criou condições para a desapropriação por interesse social de propriedades rurais; um ato de governo que consiste na desapropriação de propriedades consideradas para distribuição para agricultores sem terra ou detentores de pequenas propriedades. Entretanto, durante o regime militar não aconteceram muitas desapropriações, o que ocorreu durante a vigência do regime foi principalmente a aplicação de políticas de apoio à modernização das grandes propriedades, com incentivos fiscais e concessão de crédito subsidiado. Diante deste cenário, uma forte modernização ocorreu no meio rural brasileiro nos anos 1970, o que propiciou o discurso de que não seria mais necessário realizar a reforma agrária para que ocorresse a modernização do campo (Medeiros, 2003). Entretanto, Moreira (1990) destaca que o que de fato ocorreu foi uma modernização conservadora do campo brasileiro, que só beneficiou os grandes proprietários, tendo assim um caráter excludente e concentrador de terras. Aos pequenos proprietários restou a expropriação e a precarização das condições de vida, o que conseqüentemente aumentou os conflitos sociais nas áreas rurais.

Diante do cenário criado pelo regime militar, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) passou a atuar nos enfrentamentos realizados pelos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. A Contag atuava principalmente na difusão dos direitos dos trabalhadores do campo e também como mediadora em casos de conflitos. A década de 1980 foi marcada por intensos conflitos no campo brasileiro e por mudanças para o movimento sindical dos trabalhadores, neste período a Contag

esteve atuante nas mobilizações que ocorriam por todo o território nacional, como nas mobilizações pelos atingidos por barragens e pelos unidos contra a seca. A confederação atuava apoiando as mobilizações das populações atingidas e dando direcionamento para as ações que ocorreriam, além disso, realizava denúncias e ações jurídicas e administrativas, também tinha como papel a resistência à ocupação de terras, greves e mobilizações dos pequenos agricultores (Teixeira, 2018).

Neste período, a Contag também teve participação importante na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, além disso, atuou na Assembleia Nacional Constituinte com o intuito de levar a categoria a pressionar os deputados e senadores a aprovarem propostas do interesse dos trabalhadores rurais. Como resultado destas ações da Contag a previdência social para trabalhadores rurais foi conquistada, como também foi constitucionalizado a função social da propriedade. Contudo, no final da década de 1980 o que se pôde constatar foi um resultado negativo das ações da Contag, como o fracasso do I PNRA, além disso, a Contag perdeu seu protagonismo na luta pela terra no Brasil, com o aparecimento de outras organizações de trabalhadores rurais, como o MST (Teixeira, 2018). Desta forma, o sindicalismo rural ganhou mais força no início dos anos 1980 quando houve uma retomada das lutas em prol da reforma agrária e pelo reestabelecimento da democracia no Brasil. O Brasil então vivia um momento de fortalecimento da sociedade civil que foi marcado pelo aparecimento de novas demandas, mas o fortalecimento de outras como a da reforma agrária. As mobilizações que ocorreram na primeira metade da década de 1980 resultaram no fim do governo militar e a chegada da Nova República renovou as esperanças em torno da realização da reforma agrária (Medeiros, 2003).

1.3 – O FIM DO REGIME MILITAR E A RETOMADA DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: ENTRE GRANDES EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES

O primeiro presidente a ser eleito após o encerramento do ciclo de governos militares foi Tancredo Neves. Em suas promessas de campanha, Tancredo se comprometeu a retomar o processo de desapropriação de terras por interesse social, além de prometer a execução de políticas agrícolas que viabilizassem a produção

agrícola familiar (Bergamasco e Norder, 1996). Entretanto, Tancredo Neves faleceu pouco antes de assumir a presidência da república, e quem assumiu a presidência da república foi o seu vice-presidente, José Sarney. Um dos primeiros atos de Sarney foi criar o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários para tratar dos graves problemas fundiários que existam no Brasil. Além disso, José Sarney delegou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a tarefa de elaborar uma proposta de reforma agrária que ficou depois conhecida como I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) (Fernandes, 2012). Entretanto, as propostas trazidas no I PNRA encontraram divergências entre os diferentes grupos que representavam os interesses dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Um exemplo foi o MST, que havia sido fundado em um congresso realizado em 1984, que, exatamente no dia do anúncio do I PNRA, realizou ocupações de propriedades improdutivas para mostrar a sua força e demonstrar que não concordava com as metas estabelecidas pelo I PNRA que eram consideradas insuficientes. Enquanto isso, a Contag deu apoio à proposta, descartando ainda a realização de ocupações de terras improdutivas.

Um dos principais debates no âmbito do I PNRA que ganhou relevância se referiu à definição do que seriam imóveis produtivos e improdutivos, com vistas a determinar onde seriam realizadas as desapropriações para fins de reforma agrária. A partir destes debates ficou definido que seriam produtivas as propriedades que atingissem níveis específicos de produtividade, o que representou a aplicação de uma definição reduzida de função social da terra cujo efeito final foi reduzir o estoque de terras passíveis de desapropriação. Desta forma, o I PNRA, chegou ao fim, no ano de 1989, tendo assentado 83.687 famílias (Medeiros, 2003).

Por outro lado, com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, a reforma agrária foi inserida no capítulo da “Ordem econômica e social”, tendo sido determinado que as propriedades rurais devem cumprir a sua função social, de modo a atender quatro fatores: econômico, ambiental, trabalhista e social. Entretanto, a nova Constituição Federal também possuía mecanismos que objetivamente bloqueavam a realização da reforma agrária da forma defendida pelos movimentos sociais que representavam trabalhadores rurais. Um exemplo disso foi a proibição de realização de

desapropriações em pequenas e médias propriedades, bem como naquelas que fossem consideradas produtivas (Medeiros, 2003).

A chegada de Fernando Collor de Mello à presidência da república em 1990 representou o início de uma nova forma de tratar os conflitos agrários, já que a opção adotada foi apostar na compra de terras, estimulando a construção de bolsas de arrendamento e parcerias (Medeiros, 2003). Segundo Bergamasco e Norder (1996), o governo Collor não apresentou avanços significativos para a realização da reforma agrária brasileira, e foi adotada uma política de distribuição de terras na Amazônia. Além disso, o governo Collor também retirou recursos materiais, orçamentários e humanos do INCRA. Com isso, em que pese a interrupção de seu mandato por causa de um processo de impeachment, Fernando Collor terminou assentando apenas 9381 famílias (Bergamasco e Norder, 1996). Com o *impeachment* de Collor, o seu vice, Itamar Franco, assumiu o restante do mandato e acabou retomando o processo de desapropriações de terras para a criação de assentamentos de reforma agrária (Medeiros, 2003). De acordo com Rocha (2008) o governo de Itamar Franco foi o primeiro a abrir espaço para diálogos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o fim de executar a reforma agrária. Foi também durante o seu governo que as repressões e a violência aos movimentos sociais diminuíram drasticamente. Além disso, durante o mandato de Itamar Franco, em maio de 1993, foi aprovada a Lei Agrária, Lei N° 8.629, e por meio dela os dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária foram regulamentados, dando viabilidade a desapropriações. Essa lei foi importante porque regulamentou o que havia sido estabelecido pela Constituição Federal. A Lei N° 8.629 também reformulou o conceito de latifúndio que passou a ser definido como sendo propriedades que possuíssem acima de 15 módulos fiscais. Um ponto contraditório nessa lei foi que as desapropriações deveriam ser realizadas por meio de processos judiciais, o que invariavelmente resultava em atrasos e maiores ganhos pelos latifundiários (Medeiros, 2003). Apesar dos pontos positivos o governo de Itamar Franco terminou no fim de 1994 sem os avanços esperados ao que tange à Reforma Agrária, devido a implementação do Plano Real que gerou pressões no governo o que resultou na limitação no programa de assentamentos (Pereira, 2015).

Em 1995 assumiu a presidência da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) em um momento em que a reforma agrária já não era mais considerada um assunto importante, pois o tópico sequer foi abordado durante a campanha eleitoral. Porém, alguns fatores contribuíram para que este cenário mudasse rapidamente. O primeiro deles foram os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás que foram resultado da brutalidade e extrema violência de policiais para com trabalhadores rurais sem terra em Rondônia e no Pará. Além disso, diversas ocupações passaram a ser feitas nesse período pelo MST e por outros movimentos sociais que lutavam pelo direito à terra. Esse cenário de grande violência e aumento das mobilizações trouxe novamente à tona o tema da reforma agrária. Em função dessa situação, o governo FHC criou em 1996 como uma resposta ao massacre de Eldorado de Carajás, o Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) que em 1997 foi transformado no Ministério do Desenvolvimento Agrário. A partir disso o governo de FHC tentou controlar e coordenar as demandas vindas do MST e de outros movimentos sociais (Medeiros, 2003).

Os esforços de contenção do governo FHC serviram para ampliar e dar ainda mais notoriedade à luta pela terra. Nesse contexto de ascenso das lutas é que ocorreu a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça em diversas partes do Brasil. Os participantes das marchas se reuniram em Brasília após três meses de caminhada, e um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás. Enquanto a marcha ocorria, as demandas dos trabalhadores rurais e dos sem-terra ganharam os jornais e noticiários de televisão, dando muita notoriedade às demandas dos movimentos sociais (Medeiros, 2003).

No entanto, como aponta Alentejano (2020) o governo FHC, juntamente com latifundiários, empresas ligadas ao agronegócio e a mídia, manteve o objetivo de desmobilizar os que lutavam pela reforma agrária e de criminalizar o MST. Assim, no final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Banco da Terra para acelerar a distribuição de terras por meio do uso de mecanismos de mercado, segundo um modelo criado pelo Banco Mundial. A intenção da criação do Banco da Terra era estabelecer um mecanismo de compra e venda de terras que, na prática, livrava os grandes proprietários de terem suas terras improdutivas desapropriadas para fins de reforma agrária (Alentejano, 2004). Como era de se esperar, o Banco da Terra não foi

bem recebido pelo MST e nem pela Contag, que se colocaram contrários às implicações que a reforma agrária regida pelo mercado traria para o meio rural brasileiro.

Bergamasco e Norder (1996) apontam que as políticas do governo FHC que apoiavam minimamente as demandas por uma melhor distribuição da terra só se efetivaram, ainda que de maneira mais branda, graças às pressões de movimentos sociais e das revoltas populares devido aos diferentes massacres que ocorreram no campo brasileiro.

1.4 – OS GOVERNOS LULA E DILMA E O PERÍODO DE REAÇÃO DE TEMER E JAIR BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOBRE A REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em 2003, as esperanças de que a reforma agrária finalmente seria priorizada animaram os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Essas expectativas decorriam dos compromissos históricos do PT, e de Lula em suas campanhas presidenciais em prol de uma melhor distribuição da propriedade da terra. Para pôr em prática os compromissos de campanha, logo no primeiro ano do mandato foi elaborado o II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) que previa a democratização do acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar.

O II PNRA propunha um modelo de desenvolvimento rural com bases sustentáveis, moldando um modo de produção agrícola que abrangesse as diversidades de cada região brasileira (Santos, 2011). Além disso, o II PNRA tinha como meta garantir o acesso à terra e também a educação, saúde, energia e saneamento básico, bem como gerar mais empregos e renda. Todavia, o II PNRA já apresentava limitações, o Programa tinha como escopo mais uma ação regulatória do que se referia à posse da terra, mas não apresentava a proposta de uma reforma agrária que fosse de frente à raiz dos problemas agrários brasileiros, desde o princípio, o II PNRA não visava a mudança da estrutura agrária brasileira, mas apresentou a noção da Reforma Agrária Regulatória como política (Filho et al., 2019).

Para complementar o II PNRA, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que visava financiar o acesso à terra, além de combater a pobreza

rural e consolidar os pequenos agricultores (Cattelan; Moraes & Rossoni, 2020). Além disso, um importante programa criado durante o governo Lula, no ano de 2003, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ligado ao Programa Fome Zero, que tinha como principal objetivo garantir a comercialização da agricultura familiar, além de gerar segurança alimentar e nutricional para os brasileiros. Por meio do PAA, o governo comprava alimentos provenientes da agricultura familiar gerando estoques estratégicos que seriam destinados a populações que sofriam de insegurança alimentar e institucional. Assim, ao mesmo tempo o governo federal fortalecia a comercialização da agricultura familiar de pequenos agricultores e garantia o acesso a alimentos por parte da população (Santana, Belo & Pedlowski, 2015).

As principais metas estipuladas no II PNRA não foram cumpridas. No tocante à distribuição da terra, a proposta era assentar 400 mil novas famílias, regularizar as posses de terras de outras 500 mil famílias e dar créditos fundiários a 130 mil famílias. No entanto, o resultado obtido foi de 448.954 pessoas beneficiadas pelo PNRA, sendo que deste número apenas 163 mil foram de pessoas assentadas, enquanto que o restante do valor total se referiu à regularização da posse de suas terras. A conclusão do II PNRA significou na prática o abandono do governo Lula das promessas em torno da realização da reforma agrária, e adesão política ao agronegócio, o que permitiu a expansão da produção de monoculturas de exportação (Cattelan; Moraes & Rossoni, 2020).

O segundo mandato de Lula teve políticas ainda mais brandas em relação aos compromissos com a reforma agrária. Em janeiro de 2010 foi promulgada a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Lei nº 12.188, que assegurava a concessão de uma linha de crédito para permitir o custeio de serviços públicos e privados de assistência técnica e de extensão rural aos agricultores familiares (Santos, 2011). Entretanto, esta lei teve um impacto negligenciável no tocante à mudança na estrutura agrária brasileira. Por outro lado, o apoio do governo Lula ao agronegócio foi nítido, o que contribuiu para solidificar ainda mais um modelo agrícola dependente da produção e exportação de *commodities*.

Um elemento crucial nas ações do governo Lula em relação à distribuição de terras foi que estas ações não se basearam no processo de desapropriação de terras

improdutivas, mas sim no processo de regularização de áreas de ocupação. Santos (2011) argumenta que a simples regularização de terras não modifica a estrutura fundiária, e logo não pode ser considerada reforma agrária. Por outro lado, Fernandes (2012), argumenta que aquilo que ocorreu durante os dois mandatos do presidente Lula foi uma “reconceitualização” agrária, visto que o sentido clássico da penalização dos latifundiários por meio das desapropriações de terras foi gradativamente perdendo espaço nos debates de reforma agrária no governo Lula. O governo federal não interferiu nas questões agrárias causadas pelo agronegócio ou, tampouco, no grave problema da concentração da propriedade da terra, adotando medidas paliativas para atender a agricultura familiar.

Com a eleição de Dilma Rousseff para ocupar o posto de presidente da república em 2010, o ciclo de governos do PT teve uma oportunidade de se renovar e que medidas mais amplas seriam adotadas em prol da reforma agrária. Entretanto, Santos (2011) aponta que o governo de Dilma Rousseff não trouxe nenhum avanço significativo no que se refere à reforma agrária. Um exemplo prático disso foi que Dilma Rousseff terminou seu primeiro mandato sem cumprir as escassas promessas de campanha em relação à reforma agrária. Além disso, Cosme (2016) afirma que 2014, o último ano do seu primeiro mandato, Rousseff exibiu números aquém de Lula e FHC em relação à criação de assentamentos de reforma agrária. Além disso, uma parte dos assentamentos criados durante os anos de 2011 e 2014 foram resultados de projetos do governo anterior, do presidente Lula, sendo assim, o número de famílias assentadas por meio de projetos que foram elaborados a partir do governo Dilma Rousseff é ainda menor. Dilma decretou um número ínfimo de desapropriações de terra, dessa forma ela manteve a política anterior do PT, de fortalecimento dos setores ligados ao agronegócio e a grande propriedade agrária (Silva, 2017). Em 2016, quando o processo de impeachment próximo, Rousseff assinou 21 decretos de desapropriação para fins de reforma agrária em uma aparente tentativa de aproximação com os movimentos sociais que poderiam lhe dar sustentação política. Todavia, durante o mandato de Dilma Rousseff o que prevaleceu foi uma aliança conservadora entre o governo e o capital internacional, o que dificultou a luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária,

tornando a conquista da terra e as condições de manter-se nela um sonho distante (Silva, 2017).

Com a consumação do golpe parlamentar que removeu Dilma Rousseff do cargo de presidente da república em 2016, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo até a conclusão do mandato em 2018. Um dos primeiros atos de Temer foi extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e cancelar as desapropriações de terras, bem como as demarcações de quilombos e terras indígenas, atendendo as demandas da bancada ruralista (Alentejano, 2018). Além disso, no governo Temer foi aprovada a Lei N° 13.465 sobre a regularização fundiária rural e urbana. Por meio desta Lei se tornou possível dar título definitivo às pessoas que ocupassem imóveis da União de forma ilegal, até mesmo na Amazônia Legal. Por outro lado, a Lei N° 13.465 também trouxe novas regras para a seleção de assentados de reforma agrária. A partir da promulgação dessa lei foi dada prioridade à titulação de terras e se abriu debate para a regularização fundiária de terras obtidas via grilagem (Cattelan; Moraes & Rossoni, 2020).

Um aspecto particularmente marcante do governo Temer foi o considerável aumento da violência no campo, visto que o então presidente paralisou a reforma agrária e deu apoio aos grandes proprietários, o que ocasionou retiradas de ocupações, que foram embates violentos.

O governo de Jair Bolsonaro iniciado em 2019 seguiu dando prioridade ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar, e paralisou o programa federal de reforma agrária. De acordo com Alentejano (2020) o governo Bolsonaro teve três características principais no que se refere a políticas fundiárias, que foram: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; e (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. Ainda segundo Alentejano (2020), as políticas fundiárias adotadas no governo Bolsonaro implicaram no aprofundamento das políticas de incentivo ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar, acentuando a questão agrária brasileira e o aumento dos conflitos sociais no campo.

Os anos em que Jair Bolsonaro esteve no poder foram marcados pelo pleno e absoluto apoio ao agronegócio, cabe ressaltar que os governos anteriores foram marcados pelo mesmo, entretanto, o diferencial do mandato de Bolsonaro foi que ele deixou claro o seu apoio e diminuiu drasticamente políticas compensatórias para os agricultores familiares. Durante o governo Bolsonaro ocorreu o início da emissão massiva de títulos de domínios (TDs), um instrumento que transfere o imóvel para o beneficiário da reforma agrária de forma definitiva. O problema é que a partir da emissão do TD se torna possível a liberação de terras de reforma agrária para o mercado, pois com a posse definitiva pela família assentada, a terra pode ser comercializada. Assim, o TD se contrapõe ao que defendido é defendido pelos movimentos sociais e respaldado pela Lei nº 13.001/2014, segundo a qual a distribuição de terras deve ser feita por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), o que faz com que a terra permaneça sobre domínio público, sendo apenas mantida sob o controle da família assentada, impossibilitando a sua comercialização (Araújo e Sobrinho, 2022).

As políticas para o campo que foram adotadas durante o governo Bolsonaro consolidaram ainda mais a hegemonia do agronegócio, trazendo para o campo brasileiro o aprofundamento da lógica predatória e violenta do sistema capitalista. Nesse sentido, Alentejano (2020) argumentou que o governo de Bolsonaro se diferenciou dos seus antecessores, na medida em que representou a hegemonia do agronegócio de forma escancarada e sem qualquer concessão em favor dos movimentos sociais e aos povos do campo.

1.5 – REFORMA AGRÁRIA: A POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS COMO MINIMIZADORA DAS DESIGUALDADES NO ACESSO À TERRA E A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA

Segundo Bergamasco, Pamard e Chonchol (1997) assentamentos da reforma agrária brasileira são espaços em que uma população ficará instalada por um longo período de tempo, representando uma transformação do espaço que se tornam um território habitado por trabalhadores que tem como objetivo a produção de alimentos.

A distribuição de terra por meio da reforma agrária tem como principais atores, por um lado o Estado e, de outro, os demandantes de terras, que por meio de diferentes formas de mobilização buscam pressionar pela criação de assentamentos de reforma agrária. A criação de assentamentos de reforma agrária ganhou maior intensidade a partir da década de 1980 como resposta aos diversos movimentos sociais e ao crescimento de organizações sociais que representavam os trabalhadores rurais que se denominavam “sem terra”. Esses assentamentos podem ter sido criados por meio de desapropriação por interesse social, por compra ou por meio de utilização de terras públicas (Medeiros, 2003).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o poder de realizar a desapropriação por interesse social é do governo federal. Por isso, a maioria dos assentamentos existentes atualmente no Brasil são frutos da intervenção do governo federal. Entretanto, estados e os municípios também podem criar assentamentos por meio de compras de terras ou do uso de terras públicas. De modo geral, as desapropriações ocorrem em áreas em que estão ocorrendo conflitos e mobilizações acompanhadas de ocupações (Medeiros, 2003).

Em relação ao número de famílias assentadas por diferentes governos a partir do ciclo militar é possível notar que foram os governos FHC e Lula que mais assentaram famílias (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de famílias assentadas em cada governo a partir do Regime Militar de 1964

Governo	Período	Famílias assentadas (n)
Regime Militar	1964-1985	77.465
José Sarney	1985-1989	83.687
Fernando Collor	1990-1992	42.516
Itamar Franco	1993-1994	14.365
Fernando H. Cardoso	1995-2002	540.704
Luís Inácio Lula da Silva	2003-2010	614.088
Dilma Rousseff	2011-2016	131.689
Michel Temer	2016-2018	10.077
Jair Bolsonaro	2019-2022	9.228

Fonte: INCRA

A reforma agrária aconteceu em maior intensidade na região norte do país, seguido da região nordeste e depois centro-oeste. Há uma grande disparidade no número de assentamentos que são criados nas regiões do Brasil, isso resultou em uma concentração na criação de assentamentos. Heredia et al (2002) defendem que existem “manchas territoriais” que demonstram a concentração de assentamentos em determinadas áreas.

A política de criação de assentamentos adotada pelos governos brasileiros como minimizadora da desigualdade no acesso à terra traz impactos positivos em diversas esferas, como econômica, política e social. De acordo com Leite (2002), ao instalar um Projeto de Assentamento (PA), créditos são destinados a estes projetos, assim há um fluxo maior de renda no mercado, deste modo, a economia do município em que o

assentamento é instalado é dinamizada, há também maior contribuição nos impostos municipais, com isso municípios que recebem os assentamentos são impactados positivamente.

1.5.1 – ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

Alentejano (2011) afirma que a partir dos anos 1950, os conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro aconteceram principalmente nas áreas em que estava ocorrendo o avanço do processo de urbanização e marcadas pelo processo de especulação imobiliária, principalmente na Baixada Fluminense e na região Sul Fluminense. Já na região Norte Fluminense, a luta pela reforma agrária começou a ocorrer com mais intensidade a partir de meados da década de 1990, em terras que eram pertencentes a usinas de cana de açúcar que estavam em franca decadência (Alentejano, 2011).

As disputas agrárias e a formação de assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense, em especial no município de Campos dos Goytacazes, têm uma peculiaridade em relação ao restante do estado do Rio de Janeiro, visto que o Norte Fluminense possui uma agricultura baseada na monocultura de cana de açúcar e na pecuária extensiva, o que contribuiu para uma forte concentração da terra (Haddad, 2009). O avanço da produção de açúcar e álcool a partir da década de 1950 no estado de São Paulo impactou fortemente a economia sucroalcooleira em Campos dos Goytacazes que começou então a perder relevância no cenário nacional (Haddad, 2009).

O quadro de decadência do setor sucro-alcooleiro campista foi parcialmente estancado na década de 1970 quando o regime militar decidiu fomentar a produção de álcool com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) que visava modernizar as plantas industriais (Haddad, 2009). Entretanto, com o encerramento do PROALCOOL durante o governo Collor, a atividade sucroalcooleira na região Norte Fluminense entrou em grande declínio e a maioria das usinas deixou de funcionar. Neste cenário, as terras onde prevalecia a monocultura do açúcar ficaram improdutivas, ao mesmo tempo em que a maioria dos trabalhadores da usina ficaram desempregados.

Neste contexto de forte crise econômica e social, o MST se articulou na região Norte Fluminense, com a intenção de iniciar o processo de ocupação dessas terras na região. Do processo de articulação do MST na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro o primeiro assentamento criado foi o Assentamento Capelinha, no ano de 1996, em Conceição de Macabu. Esse assentamento é resultado da falência da Usina Vitor Sense, que teve seu fechamento no ano de 1993 (Aleixo, 2007).

Em 1997 o MST liderou a ocupação no município de Campos dos Goytacazes de um complexo de terras pertencentes à antiga Usina São João que possuía 8.500 hectares de terra. Em função das dívidas que a Usina São João possuía junto ao governo federal, essas terras foram desapropriadas em outubro do mesmo ano para a criação do Assentamento Zumbi dos Palmares, onde foram assentadas 506 famílias. De acordo com Haddad (2009), a partir da experiência exitosa da Usina São João, o MST realizou outras ocupações que resultaram na criação de 13 assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense (i.e. Capelinha, Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Osiel Alves, Antônio de Farias, Ilha Grande, Terra Conquistada, Dandara dos Palmares, Josué de Castro, Paz na Terra, Francisco Julião, Chico Mendes e Osvaldo de Oliveira)² (Tabela 2).

² Além dos assentamentos criados pela mobilização do MST, na região Norte Fluminense foram criados outros assentamentos, sendo eles: PA Santo Amaro (Campos dos Goytacazes), PA Novo Horizonte (Campos dos Goytacazes), PA 25 de março (Carapebus), PA João Batista Soares (Carapebus), PE Zé Pureza (Conceição de Macabu), PE Fazenda São Domingos (Conceição de Macabu), PA São Fidélis (São Fidélis) e PA Tipity (São Francisco de Itabapoana).

Tabela 2 - Assentamentos de reforma agrária criados a partir de 1997 após ocupações lideradas pelo MST no Norte Fluminense

Ano	Assentamento	Município	Área (ha)	Nº de famílias
1997	Capelinha	Conceição de Macabu	1588,42	125
1997	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	8005,29	506
2000	Che Guevara	Campos dos Goytacazes	1119,66	74
2000	Osiel Alves	Campos dos Goytacazes	1945,93	35
2001	Antonio de Farias	Campos dos Goytacazes	1221,02	93
2001	Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	822,72	58
2003	Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	211,45	11
2003	Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	419,10	21
2007	Josué de Castro	Campos dos Goytacazes	610,99	31
2005	Paz na Terra	Cardoso Moreira	1052,65	84
2006	Francisco Julião	Cardoso Moreira	410,73	39
2007	Chico Mendes	Cardoso Moreira	766,96	23
2014	Osvaldo de Oliveira	Macaé	1539,76	63

Fonte: Aleixo, 2007 e INCRA, 2024.

O fato é que desde o processo de redemocratização o estado do Rio de Janeiro vem passando por um processo de esvaziamento populacional de suas áreas rurais, aumentando ainda mais a concentração da terra e aprofundando a diminuição da importância da agricultura na economia estadual. Diante disso, Alentejano (2011) argumenta que a reforma agrária teria um papel importante, já que por meio dela seria possível criar um novo ordenamento territorial, que promoveria o retorno ao meio rural de populações que outrora foram expulsas destes espaços devido à modernização que o

campo sofreu, evidenciando que as políticas de reforma agrária têm importância na definição de um desenvolvimento da sociedade, pois, a reforma agrária tem a função de reordenar o território, transformando as relações de poder, modificando a forma de produzir e redistribuindo riquezas e renda no campo.

CAPÍTULO 2 – A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A COMERCIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO

Os problemas que afetam o campo brasileiro vão além da questão da posse da terra, existe ainda no meio rural um grande embate entre a agricultura familiar e o agronegócio. Ao longo dos anos, o agronegócio tem sido beneficiado em detrimento da agricultura familiar e os governos brasileiros se restringiram a adotar medidas paliativas para atender algumas necessidades dos agricultores familiares, como a criação de programas que buscam fortalecer esta categoria social e a comercialização da sua produção, entretanto, estas políticas não têm sido suficientes para atender toda a diversidade que envolve a categoria. Em Campos dos Goytacazes, a realidade agrária não é diferente do restante do país e os agricultores familiares do município enfrentam diversos problemas no que se refere à produção e à comercialização. Porém, a realidade agrária de Campos é marcada pela transição da monocultura da cana de açúcar para a criação de assentamentos rurais, o que modificou a estrutura fundiária do município, contribuindo para que grupos sociais excluídos alcancem o acesso à posse da terra. Mas, é importante salientar que o acesso à posse da terra não soluciona todos os problemas das populações camponesas, existe também a necessidade de criar meios de comercialização seguros para os agricultores, garantido a eles um acesso justo aos mercados.

2.1 – PROCESSOS E AVANÇOS EM PROL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo Schneider (2016) a categoria social “agricultor familiar” se refere àqueles que têm como sua unidade de trabalho uma pequena porção de terra, na maioria das vezes privada, na qual eles produzem alimentos para o sustento de sua família, mas também para comercialização. Os agricultores familiares se caracterizam pela relação de um grupo, ligado por laços de parentesco, com a terra enquanto meio de produção e reprodução social. Ou seja, o conceito de agricultura familiar geralmente se refere à pequena propriedade agrícola, na qual a principal força de trabalho é familiar (Schneider,

2016). Já de acordo com a Lei da Agricultura Familiar, Nº 11.326/2006, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, mas cuja mão de obra é majoritariamente familiar, em propriedades em que a área de trabalho tenha até no máximo quatro módulos fiscais. Além disso, o maior percentual de renda do agricultor teria que vir de suas atividades na terra (Brasil, 2006).

De acordo com último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar no Brasil corresponde a 77% dos estabelecimentos rurais, mas controlando apenas 23% da área agrícola total. Além disso, o Censo também demonstrou que a agricultura familiar tem grande participação na produção dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. Segundo Nascimento et al, (2007) foi partir da década de 1960 que financiamentos em prol da agricultura brasileira ganharam força, sendo que no ano de 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que tinha como principal objetivo a modernização da agricultura e a minimização da pobreza rural. Entretanto o SNCR não era destinado especificamente para a agricultura familiar e até os anos 1990, não havia nenhum tipo de financiamento destinado exclusivamente para esta categoria (Nascimento et al, 2007).

Por outro lado, foi no ano de 1986 que se criou o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de garantir aos agricultores assentados a concessão de recursos via financiamentos para serem investidos na ampliação da produção e maior inserção nos mercados para que os assentados alcançassem a sua emancipação junto ao INCRA (Almeida, 2000). É importante observar que o PROCERA foi de grande relevância para as lutas camponesas contra o governo e a favor de uma linha de crédito que atendesse aos assentados. Todavia, alguns problemas foram enfrentados pelos assentados em relação ao PROCERA. O primeiro destes problemas relacionava-se à Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que tinha como desígnio prestar assistência técnica aos assentados, mas que na prática não o fazia de forma adequada em função das demandas de natureza burocrática que causavam uma grande demora na concessão de créditos, prejudicando os assentados (Almeida, 2000). O segundo problema foi a falta de servidores, o que causou uma forte sobrecarga nos escritórios que se encontravam em péssimas condições de infraestrutura. Para agravar o problema, o corpo técnico diminuiu

estava preso em tarefas burocráticas e sem tempo para prestar a assistência técnica nos assentamentos.

Em 1999, o governo do presidente, FHC extinguiu o PROCERA, usando este cenário caótico como desculpa. A extinção do PROCERA colocou os assentados da reforma agrária em uma situação ainda mais delicada, pois agora o acesso a crédito ficou restrito aos canais tradicionais de financiamento nos quais as taxas de juros eram muito altas, e os interessados em realizar empréstimos eram vítimas de preconceitos e acabava não conseguindo os recursos solicitados. Por outro lado, os assentados que antes eram atendidos pelo PROCERA foram redirecionados para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e diante disso, novas diretrizes de financiamento rural foram sendo estabelecidas (Almeida, 2000).

Schneider e Cassol (2013) apontam que apesar de todas as dificuldades existentes, a agricultura familiar alcançou maior reconhecimento graças a três fatores básicos: a retomada do papel sindical após a Ditadura Militar; o papel dos mediadores e intelectuais que debatem o tema desde a década de 1990; e a ação do Estado na formulação de políticas públicas que deram maior visibilidade ao setor desde a criação do PRONAF.

Do ponto de vista da ação política em defesa da agricultura familiar é importante destacar que no ano de 1994 foi realizada uma importante ação por parte de movimentos sociais sindicalistas que ficou conhecida como “O Grito da Terra”. Essa ação reuniu representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). O ponto culminante dessa ação foi a realização de uma caravana até Brasília com o objetivo de pressionar o governo FHC para que desenvolvesse políticas públicas voltadas especialmente para os agricultores familiares, especificamente no tocante ao desenvolvimento de melhores condições de concessão de crédito para os pequenos produtores (Teixeira, 2018).

Segundo Ferreira, Alves e Carvalho (2009), um dos desdobramentos das ações associadas ao “Grito da Terra” foi a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) em 1994. A criação do PROVAP deu base para que em 1996

fosse implementado o PRONAF que tinha como meta principal o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural por meio de financiamento da produção e da infraestrutura, bem como a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Coutada, 2021).

O PRONAF representou um importante marco para a agricultura familiar no Brasil, visto que antes do programa as políticas de crédito eram extremamente insuficientes para suprir as necessidades e as distintas realidades dos agricultores familiares (Teixeira, 2018). Por outro lado, desde que foi criado, o programa passou por várias reformulações, tendo sido dividido em subprogramas com novas linhas de crédito, tais como o PRONAF Mulher, o PRONAF Jovem, o PRONAF Agroecologia, dentre outros (Aquino; Schneider, 2015). Schneider; Cazella; e Mattei (2020) consideram que, apesar do programa possuir problemas sérios, o surgimento do PRONAF representou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar, pois antes da sua criação não existia uma política pública que abrangesse todo o território brasileiro para atender este público.

Por outro lado, durante o primeiro mandato do presidente Lula foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que visava fortalecer a agricultura familiar a partir da sua inserção no Programa Fome Zero. Segundo Coutada (2021) o PAA tinha como principais objetivos fortalecer a agricultura familiar a partir do incentivo do consumo de alimentos por ela produzidos, promover o acesso à alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos. No ano de 2014 o programa Fome Zero foi extinto, porém o PAA continuou. Ao longo dos anos, o PAA sofreu com alterações e descontinuidades, até que em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro, o programa foi renomeado para Programa Alimenta Brasil (PAB) por meio da Medida Provisória número 1.061 (Sambuichi et. al, 2022). A partir da mudança do PAA para o PAB não apenas o nome foi remodelado, mas também as políticas em volta do programa, houve a exclusão de algumas finalidades que o PAA tinha, como por exemplo: anulação do incentivo à produção orgânica e agroecológica e extinção do incentivo de consumir alimentos produzidos à nível local, além disso, a legislação que substituiu o

PAA pelo PAB, Lei nº 14.284/2021, não garantia recursos para manter o programa futuramente (Fonseca, 2023).

É importante destacar que apesar da importância destas políticas públicas para o fortalecimento e reprodução da agricultura familiar no Brasil, elas têm sido insuficientes para atender toda a complexidade que marca a existência desta categoria. O fato é que historicamente, os latifundiários têm recebido um tratamento preferencial por parte do estado brasileiro em detrimento dos pequenos produtores. A partir desse tratamento diferenciado, o que tem sido reforçado é o poder político e econômico dos latifundiários, ocasionando ainda a paralisação da reforma agrária e a marginalização dos movimentos sociais do campo (Alentejano, 2020).

2.2 – A REALIDADE AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES EM MOVIMENTO: DA SUPREMACIA DA MONOCULTURA DA CANA AO SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

De acordo com Silva (2002) a economia do município de Campos dos Goytacazes tem sido fortemente dependente da economia sucroalcooleira desde o período colonial, quando as atividades ligadas à monocultura da cana de açúcar foram iniciadas para atender a demanda do mercado europeu. Entretanto, havia também no município minifúndios que eram voltados para produção de alimentos para serem consumidos pela população local (Silva; Carvalho, 2004). A partir do século XIX ocorreu uma grande mudança no município, pois com a vinda da família real portuguesa para o Brasil houve uma abertura comercial que resultou em um processo de modernização da agroindústria açucareira. Esse processo propiciou a criação de diversas usinas no município favorecendo o aparecimento de uma elite ligada à economia da cana de açúcar no município de Campos dos Goytacazes, representantes dessa elite ficaram conhecidos como barões do açúcar, especialmente durante o período colonial, e foi possível para eles lucrarem com a acumulação do capital bem como participarem ativamente da administração do município (Paranhos, 2002).

A partir do século XX, a realidade agrária no município passa por transformações, todavia, a cana de açúcar ainda continuou sendo o principal produto agrícola do município

de Campos dos Goytacazes. De acordo com Pinto (1995), em 1975 existiam doze usinas de cana de açúcar na região Norte Fluminense (i.e., Cambaíba, Cupim, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Sapucaia, Queimado, Santa Cruz, Santo Antônio, São João, Santo Amaro e São José). Com a expansão das grandes usinas de cana de açúcar que ocorreu a partir da implementação do programa Proálcool, a produção para subsistência de pequenas escalas perdeu espaço, o que causou uma maior concentração da propriedade da terra (Silva e Carvalho, 2004).

Na década de 1980 o setor sucroalcooleiro começou a entrar em declínio e a realidade agrária de Campos dos Goytacazes passou por uma nova etapa de transformação devido a uma perda de capacidade de competir com a produção sucroalcooleiro do estado de São Paulo (Silva e Carvalho, 2004). Somado a isso, na década de 1990, o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA) foi extinto e os incentivos financeiros para a categoria acabaram, o que contribuiu para o declínio da elite ligada ao setor sucroalcooleiro. Em decorrência deste cenário, as usinas instaladas no Norte Fluminense, e especialmente em Campos dos Goytacazes, entram em um franco processo de decadência, o que resultou em um processo de crise que ocasionou o fechamento da maioria das usinas e no desemprego de milhares de trabalhadores. Estes trabalhadores tornaram-se um exército de reserva para atividades de baixa remuneração e de baixa complexidade, visto que foram poucas atividades ligadas às usinas de cana de açúcar que permaneceram e não havia emprego suficiente para todos os antigos trabalhadores das usinas. Além disso, a economia do Norte Fluminense, em especial do município de Campos dos Goytacazes, estava baseada na agroindústria da cana de açúcar, então com o declínio das usinas muitos segmentos da sociedade foram atingidos, assim, a região Norte Fluminense ficou estagnada economicamente durante o período pós falência do setor sucroalcooleiro (Viana e Terra, 2020).

Com a crise da economia sucroalcooleira, o poder de usineiros e agropecuaristas da região Norte Fluminense foi colocado em xeque, a partir disto houve uma ruptura das alianças de poder econômico existentes, o que abriu espaço para a quebra da hegemonia dos usineiros na região e abriu brecha para a criação de outros meios de ocupação territorial. Por meio desta nova realidade, outros atores do campo - que outrora eram

marginalizados, como boias-frias e trabalhadores rurais desempregados, ganharam espaço para reivindicar uma nova forma de ocupação do território agrário. Isso deu base para que o MST pudesse se articular na região Norte Fluminense (Belo, 2012). Um desdobramento importante da crise do setor sucroalcooleiro foi a chegada do MST que a partir de 1996 passou a organizar a luta pela ocupação de terras pertencentes às usinas para fins de reforma agrária. O movimento formou alianças com sindicatos e organizações, como a CPT, e o seu principal instrumento de luta na região foram as ocupações, que tinham como escopo o retorno dos trabalhadores rurais do campo que haviam sido expulsos e estavam se alocando em periferias urbanas (Belo, 2012).

Diante deste novo cenário, as terras que estavam concentradas nas mãos de poucas famílias foram repartidas entre novos grupos sociais, como os desempregados rurais e boias-frias, neste momento, há uma reconfiguração da estrutura fundiária do Norte Fluminense. De acordo com Alentejano (2011) a ocupação e a permanência do MST na região foram de grande importância pois a região concentrava grandes latifúndios e uma grande massa de trabalhadores rurais, com as ocupações o poder dos grandes latifundiários da cana de açúcar foi pela primeira vez estremecido. Assim, a região que era marcada por forte concentração de terras iniciou um processo de reconfiguração da estrutura fundiária, possibilitando o acesso às terras a outras populações, trazendo uma nova dinâmica ao meio rural norte fluminense. Consoante com Soares (2013) os assentamentos criados no Norte Fluminense a partir da década de 1990 têm se consolidado como espaços de produção, sociabilidade e intervenção política, há também uma crescente importância na produção de alimentos, mesmo diante das condições precárias devido a inexistência de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos.

Entretanto, Zinga (2004) e Haddad (2009) apontam em seus estudos realizados em assentamentos do Norte Fluminense que os assentados enfrentam dificuldades financeiras ao se instalarem no lote em decorrência da dificuldade de acesso aos créditos e no que se refere a produção e de inserção nos mercados. Com isso, muitos assentados optaram por manterem os sistemas produtivos que já eram predominantes nas grandes propriedades agrícolas. Este cenário é significativo visto que a

independência, social e produtiva dos assentados ficou à mercê dos interesses de mercado dos latifundiários, colocado em xeque a autonomia da produção agrícola, o que é essencial para a reconfiguração da zona rural.

Apesar do impacto positivo da criação dos assentamentos rurais na região Norte Fluminense, especialmente para as populações que estavam vulneráveis mediante aos grandes latifúndios, a realidade agrária na região ainda enfrenta sérios problemas, e a produção ainda está ligada aos padrões dos grandes latifúndios, como a intensa produção de cana de açúcar. Souza et al (2020) apontam através de estudo, que o Índice de Gini da região Norte Fluminense é de 0,812, e o de Campos dos Goytacazes 0,807 em 2006, indicando a grande disparidade de distribuição de riquezas na região e mais especificamente no município, mesmo após o intenso processo de criação de assentamentos, pois a região Norte Fluminense ainda apresenta altos índices de concentração de terras.

2.3 – A INSERÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO

Para Schneider (2016) os mercados são relações sociais que se estabelecem entre consumidores e produtores, com o intuito de realizarem trocas de bens, mercadorias, recursos, entre outros. A inserção da produção agrícola familiar nas relações de mercado é atualmente a norma, visto que são raros os casos de agricultores que vivem sem realizar nenhum tipo de troca comercial. De acordo com Schneider (2016) existem três formas de definir o que vem a ser mercado:

a) o mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais.

Em se tratando da primeira definição: “o mercado como um *locus*”, é possível fazer uma abordagem histórica que revela que por muito tempo o mercado foi entendido apenas como um lugar físico no qual comerciantes e consumidores se encontravam.

Entretanto, este espaço paulatinamente se tornou um local para além da interação comercial, também abranger interações de caráter sociocultural. A partir da Idade Média quando se constituírem as primeiras feiras na Europa, estes espaços passaram a ser sinônimos de mercado. Assim sendo, as feiras se tornaram espaços de trocas onde pessoas se reuniam e interagiam. As feiras foram crescendo e o processo de trocas se aperfeiçoou. Diante dessa dinâmica surgiu a necessidade de regulamentar as relações que ocorriam nas feiras, o que implicou na criação de regras e regulamentos, bem como a cobrança de impostos sobre a circulação de mercadorias. Com isso, os Estados passam a ter papel de forte influência sobre estes mercados que surgiam (Schneider, 2016).

A partir desta dinâmica os mercados cresceram cada vez mais e as trocas de mercadorias ficaram cada vez mais constantes, o que possibilitou o aparecimento de um novo agente na sociedade, o comerciante. Este agente normalmente não era responsável pela produção das mercadorias que estavam sendo comercializadas, sendo apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor. Além do surgimento destes intermediários, a ampliação das primeiras feiras e conseqüentemente dos mercados, trouxe outra conseqüência que foi a demanda por produtos específicos. O mercado consumidor foi aumentando cada vez mais e com ela surgiu a necessidade dos produtores comercializarem mais do que apenas seus excedentes. Assim, a produção começou a ser orientada em torno interesses do mercado consumidor. Uma conseqüência disso foi a elevação do preço dos produtos, já que quanto mais raro fosse um produto maior seria o seu preço (Schneider, 2016). Schneider (2016) argumenta que antes do surgimento do capitalismo, o mercado era somente um local de trocas e relação social; mas a partir do momento em que as trocas passaram a ser econômicas, o mercado começou a ser um destino onde era oferecido produtos e matérias primas. Além disso, o mercado passou a ser também o destino daqueles que vendiam sua mão de obra, dando lugar ao surgimento do mercado de trabalho. Entretanto, quando a economia de mercado se tornou hegemônica, o mercado como um *locus* perde lugar para o sentido político e ideológico, fortalecendo a ideia do mercado enquanto uma forma de interação e ordenação socioeconômica (Schneider, 2016).

A comercialização da produção da agricultura familiar pode ocorrer por diferentes mercados, Schneider (2016), elencou quatro deles: mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais e mercados públicos e institucionais. Os mercados de proximidade são aqueles em que os agricultores familiares comercializam com pessoas que estão à sua volta, sejam vizinhos, familiares, amigos. Através deste tipo de mercado, os agricultores familiares conseguem realizar trocas diretas e estabelecer uma relação com os consumidores. Já o segundo mercado, é orquestrado pela oferta e demanda, nesses mercados os agricultores passam a produzir para vender. Neste tipo de mercado passa a existir a presença de um intermediário entre o produtor e o consumidor. O terceiro mercado, os convencionais, se caracterizam pela presença de agentes privados no processo de comercialização da produção agrícola, são os mercados que transacionam as *commodities*. Já o último mercado, os públicos e institucionais, são aqueles em que os agricultores familiares têm o Estado ou algum organismo público como um agente que provê meios para a comercialização da produção, neste mercado que os agricultores familiares têm acesso a programas governamentais de apoio à comercialização, como o PAA.

Por outro lado, Woortmann (1984) sugeriu que os agricultores familiares não deveriam se subordinar totalmente às lógicas do mercado, pois seria necessário que os membros das unidades familiares pudessem produzir não apenas para produzir renda, mas também para garantir a reprodução da sua família. Assim sendo, a mercantilização da produção da agricultura familiar diz respeito ao estágio em que o agricultor familiar se encontra gradativamente mais dependente do mercado para garantir a sua reprodução social. Gazolla e Schneider (2006) argumentam que esse processo não se limita em apenas produzir mercadorias, mas diz respeito à externalização de etapas do processo produtivo nas quais o agricultor é inserido em diferentes circuitos mercantis. Partindo do pressuposto de que a inserção no mercado não é necessariamente algo negativo, Ploeg (1992) sugere que a inserção de agricultores familiares pode ser benéfica para os pequenos produtores no sentido de garantir o fortalecimento das unidades produtivas e o aperfeiçoamento de suas estratégias de produção.

No que tange à comercialização da produção da agricultura familiar no Brasil, os principais canais de comercialização da produção da agricultura familiar são:

hipermercados, supermercados, açougues, padarias, mercearias, restaurantes, feiras-livres e vendas institucionais. O principal programa governamental de fortalecimento à comercialização da agricultura familiar é o PAA, entretanto ele não tem sido suficiente para sanar as necessidades e toda a amplitude da agricultura familiar, como foi visto anteriormente. Já as feiras, que ocorrem em vários municípios brasileiros e tem servido como estratégia para escoar a produção agrícola, são espaços que têm como objetivo dar espaço a pequenos produtores rurais comercializarem sua produção diretamente com o mercado consumidor (Carvalho e Grossi, 2019).

Outro agente presente na comercialização da produção da agricultura familiar são os atravessadores, estes agentes agem no processo de comercialização como intermediários entre os produtores e o mercado consumidor. De acordo com Ferreira (2010), a intermediação feita pelos atravessadores no processo de comercialização é visto como perversa pois a negociação dos preços é feita de forma injusta, explicando o porquê dos agricultores familiares e assentados terem forte aversão aos atravessadores devido ao fato destes comprarem a produção a preços muito baixos e revenderem a preços maiores, obtendo lucros em cima da produção dos pequenos produtores. Há também a opção de comercializar a produção por meio de venda direta, neste processo o produtor encontra-se com os consumidores e realiza suas trocas comerciais, a venda direta permite o contato “face a face” entre os produtores e consumidores sem necessitar da presença de um intermediário.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

3.1 – ÁREAS DE COLETAS DE DADOS

A coleta de dados deste estudo ocorreu em duas áreas distintas. A primeira foi o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares (PA Zumbi dos Palmares) e a segunda a área urbana de Campos dos Goytacazes onde ocorrem as feiras que comercializam alimentos produzidos em propriedades agrícolas. As feiras estudadas foram: Feira da Roça e a Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes (FAS – Campos). A escolha do PA Zumbi dos Palmares se deu por sua expressiva importância no que se refere à reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes, sendo que este é o maior assentamento de reforma agrária da região Norte Fluminense. A escolha das feiras se deve principalmente ao fato delas oferecerem um espaço privilegiado de análise sobre o processo de comercialização da produção agrícola.

3.1.1 – O PA ZUMBI DOS PALMARES

O PA Zumbi dos Palmares tem sua área compreendida entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, indo desde a margem esquerda do Rio Paraíba em Campos dos Goytacazes até o entorno do Distrito de Floresta em São Francisco de Itabapoana. O assentamento Zumbi dos Palmares está dividido em cinco núcleos: Zumbi I, Zumbi II (Jacarandá), Zumbi III (São Gregório), Zumbi IV (Campelo), Zumbi V (Cajueiro). Após a conclusão do processo de desapropriação, o INCRA dividiu a área alocada para uso agrícola, o Zumbi dos Palmares, em 506 lotes com área média de 10 ha (Figura 1).

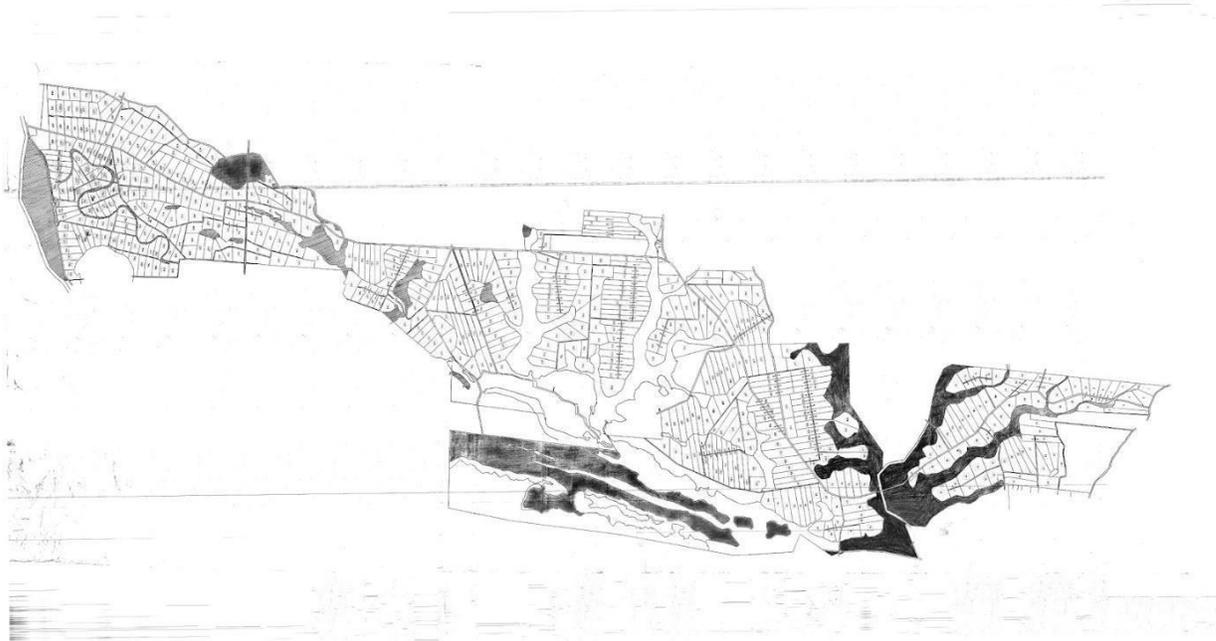


Figura 1 - Mapa dos lotes do PA Zumbi dos Palmares.

Fonte: SESMA/LEEA/UENF

A criação do PA Zumbi dos Palmares resultou da primeira ação organizada pelo MST em prol da realização da reforma agrária em Campos dos Goytacazes. A desapropriação que gerou o PA Zumbi dos Palmares resultou da ação organizada pelo MST que logrou mobilizar trabalhadores sem terra e ex-empregados da Usina São João e foi apoiada por sindicatos e movimentos sociais (Dew, 2011). No interior do PA Zumbi dos Palmares existe um rico sistema de lagoas e um fragmento bastante representativo do bioma Mata Atlântica, a Mata do Funil (Pedlowski; Terra, 2009).

3.1.2 – FEIRAS E PONTOS DE VENDA DIRETA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Para fins de coleta de dados desta pesquisa foram selecionadas duas feiras que ocorrem semanalmente em diferentes pontos da cidade, a Feira da Roça e a Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes (FAS). Além destas duas feiras, também foram coletados dados em um ponto de venda direta localizado na área externa do campus Leonel Brizola da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca de Campos dos Goytacazes é responsável pelo Programa Feira da Roça enquanto um espaço de comercialização direta de assentados da reforma agrária. A FR (Feira da Roça) foi iniciada em 1991 pelo então prefeito Anthony Garotinho, tendo sido criado para auxiliar agricultores familiares do PA Novo Horizonte a comercializar a sua produção diretamente à população como forma de diminuir a dependência da ação dos atravessadores (Pinto, 2016). Atualmente, a Feira da Roça ocorre em pontos da área central de Campos dos Goytacazes. Para participar desta feira, os interessados precisam cumprir uma série de requisitos. Um primeiro requisito é que os interessados tenham sua participação aprovada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca. Após a aprovação, o permissionário fica responsável por colocar seus produtos nos pontos de realização da FR.

Já a FAS - Campos, foi organizada por agricultores assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). De acordo com a atual responsável pelo funcionamento da FAS - Campos, a quilombola Érica Martins, a feira foi criada em 2014, e inicialmente ocorria no campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Entretanto, ao longo do tempo, a FAS- Campos tem se expandido, alcançando outros pontos na cidade de Campos dos Goytacazes (i.e., Praça do Flamboyant, Calçadão da UENF, Secretária da Educação e na Praça Santa Terezinha).

3.2 – A ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu a partir a aplicação de um questionário e de entrevistas estruturadas com participantes das duas feiras e com lideranças dos agricultores, e da observação não participante das feiras.

3.2.1 – QUESTIONÁRIOS

Os questionários incluíram perguntas abertas e fechadas com o objetivo de obter informações sobre os sistemas de produção e dos canais de comercialização da produção gerada no PA Zumbi dos Palmares. O questionário era composto por 28 perguntas que abarcavam dados demográficos (idade, tamanho das famílias, renda), sistemas de produção e canais de comercialização. O questionário foi aplicado em uma amostra aleatória composta por 30 assentados do PA Zumbi dos Palmares.

3.2.2 – ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com feirantes do município de Campos dos Goytacazes, ao todo foram realizadas 7 entrevistas durante este estudo. Destas, 6 entrevistas foram realizadas com feirantes que são também produtores e 1 foi realizada com um feirante que não é produtor (atravessador). Para melhor aproveitamento dos dados disponibilizados pelos entrevistados, foram elaborados dois roteiros, um que seria destinado aos feirantes que são produtores e outro que seria destinado ao feirante não produtor. A Tabela 3 abaixo demonstra o esquema das entrevistas.

Tabela 3 - Organização das entrevistas

Entrevistados	Produtor (S/N)	Feira	Roteiro usado
1	S	FAS	Anexo II
2	S	FAS	Anexo II
3	S	FAS	Anexo II
4	S	FAS	Anexo II
5	S	FAS	Anexo II
6	S	FR	Anexo II
7	N	FR	Anexo III

O objetivo dos roteiros era identificar os mecanismos de organização das feiras, incluindo a origem dos produtos comercializados. Dois roteiros diferentes de entrevistas foram elaborados para melhor compreensão do processo de comercialização realizado nas feiras.

No primeiro roteiro as perguntas tinham como escopo compreender a realidade mais ampla dos assentamentos e quilombos que os entrevistados residiam, com o intuito de compreender a produção geral destes locais e os canais que os assentados têm tido acesso. As variáveis utilizadas para compreender os canais e os gargalos da comercialização da produção da reforma agrária em Campos dos Goytacazes incluíam: os principais canais de comercialização usados pelos assentados, o grau de dependência em relação aos atravessadores; acesso dos agricultores às feiras, produtos sendo

comercializados e sua origem; o grau de organização dentro dos assentamentos; e possíveis estratégias para fortalecer canais de comercialização.

O segundo roteiro foi elaborado para um dos feirantes que não era agricultor, e que agia como intermediário no processo de comercialização dentro da Feira da Roça. Este tinha como principal objetivo compreender o funcionamento da Feira da Roça a partir da perspectiva de um comerciante que não era produtor rural. Assim, as perguntas foram formuladas especificamente para compreender a burocracia regendo o acesso à Feira da Roça, e também para identificar a origem dos produtos sendo comercializados na Feira da Roça.

3.2.3 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

Durante a pesquisa, os pontos em que ocorrem a Feira da Roça e a FAS - Campos foram visitados para captar detalhes do funcionamento interno delas. Por meio das visitas e observações foi possível detectar alguns mecanismos regendo o funcionamento das feiras, bem como identificar as principais características dos feirantes, além dos principais produtos oferecidos em cada uma delas. Ao todo foram visitados e observados oito pontos das feiras e o ponto de venda direta localizado no calçadão da UENF, no período compreendido entre março e dezembro de 2023. A partir destas observações foi possível levantar dados a respeito dos participantes das feiras e do ponto de comercialização direta da UENF, bem como da diversidade e origem dos produtos sendo vendidos.

3.3 – PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados através do *software* SPSS. Os dados obtidos através dos questionários foram transformados em tabelas e gráficos para a melhor compreensão do comportamento das variáveis.

As entrevistas foram aplicadas, gravadas e transcritas com o objetivo de compreender os aspectos mais gerais que afetam os agricultores familiares do município de Campos dos Goytacazes. As entrevistas foram ouvidas duas vezes, a primeira para transcrever e a segunda vez para confirmar se a transcrição foi feita de forma correta. Foi usada a técnica *pattern matching*, com essa técnica foi feito um agrupamento dos dados e das principais variáveis por categoria, para que fosse possível identificar padrões nas respostas dos diferentes entrevistados. Com a identificação dos padrões de respostas

foram criadas tabelas analíticas para uma melhor organização das informações coletadas.

Com os dados resultantes das entrevistas e dos questionários foi feita uma correlação entre o que está sendo produzido e o que está sendo comercializado em Campos dos Goytacazes.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados que serão aqui descritos e interpretados foram coletados no PA Zumbi dos Palmares e nos pontos das feiras urbanas do município de Campos dos Goytacazes. O capítulo está dividido em quatro seções principais, na primeira são abordados os dados que foram coletados no Zumbi dos Palmares e caracterizam a amostra e demonstram a realidade da produção e da comercialização da produção dos assentados. A segunda parte deste capítulo são analisadas as entrevistas com os feirantes que exercem papel de lideranças em seus quilombos e assentamentos, nesta parte é abordada a visão destas lideranças acerca do processo de comercialização da produção. A terceira parte é feita a análise das feiras que ocorrem em Campos dos Goytacazes, fazendo uma identificação se estes pontos são, de fato, espaços de oportunidade para os agricultores campistas comercializarem sua produção. Já a última parte deste capítulo refere-se a dinâmica por trás das feiras da Roça e FAS – Campos, mostrando de onde provém a produção que é comercializada nelas.

4.1 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PA ZUMBI DOS PALMARES

4.1.1 – PERFIL DOS ASSENTADOS DA AMOSTRA DO ZUMBI DOS PALMARES

A amostra do PA Zumbi dos Palmares demonstrou que 17, dos 30 assentados da amostra, tem mais de 60 anos de idade. Todos os 17 assentados que possuem mais de 60 anos são os responsáveis pelos seus lotes e por sua produção. Destes, 14 recebem aposentadoria e relataram que é a fonte de renda que os ajuda a se manter financeiramente de forma mais segura durante o ano. Este fato demonstra que há um envelhecimento da população do Zumbi dos Palmares, demonstrando que os mais jovens não têm prosseguido no trabalho do lote. Outro dado da amostra que sustenta isto, é que dos assentados que compuseram a amostra, em 13 casos, há alguém da família que busca trabalho fora do assentamento; além disso, todos os 13 casos deram como justificativa para este fato que a renda proveniente do lote era insuficiente para a sustento de todos os integrantes da família.

Outro dado que foi levantado refere-se ao tamanho do lote dos assentados, os lotes possuem entre 8 e 10 hectares. O total de 23 assentados chegaram no

assentamento e obtiveram seus lotes por meio do MST. Mas há também pessoas que chegaram ao assentamento por meio de outros organismos, como é possível identificar no gráfico abaixo (Figura 2):

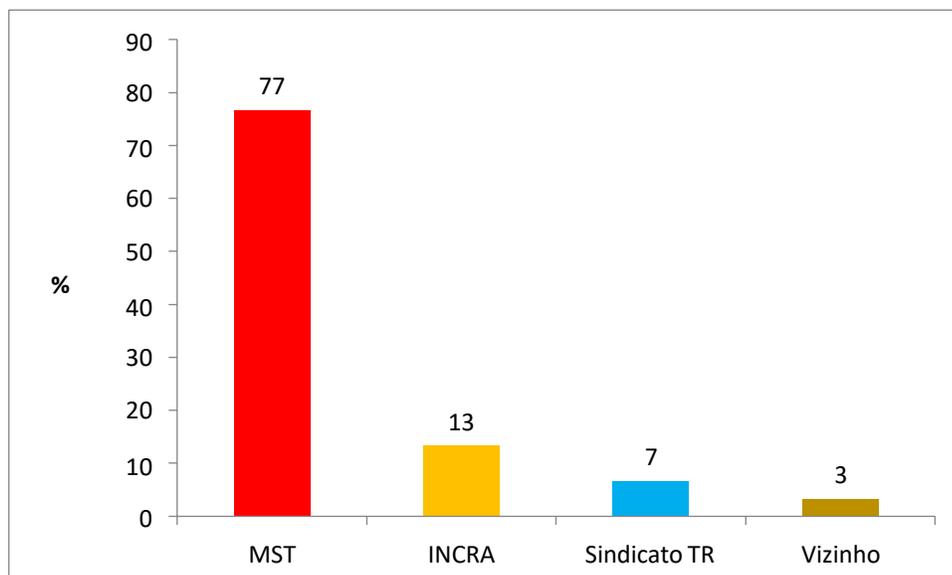


Figura 2 - Formas de chegada ao lote (%)

É possível identificar que depois do MST, os órgãos responsáveis por trazerem a população para o assentamento foram o INCRA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O processo de ocupação das terras onde hoje é o Zumbi dos Palmares começou em 1997, e dos 30 assentados que foram questionados nesta pesquisa 17 estão presentes no assentamento desde o início do processo de ocupação. Entretanto, também foram encontrados casos de pessoas que vieram para o assentamento após o processo de criação do assentamento por meio do INCRA. Há também o caso de assentados que arrendaram o seu lote e caso de assentados que desistiram do lote. No gráfico (Figura 3) há a representação dos anos em que os assentados chegaram ao lote.

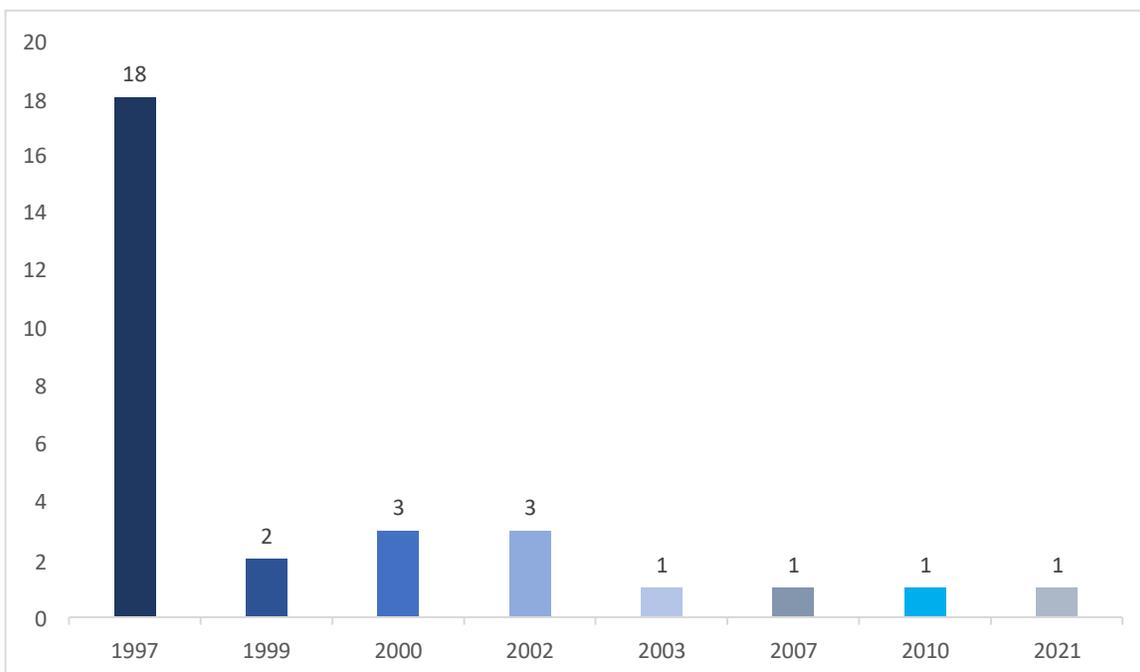


Figura 3. Ano em que os assentados chegaram nos lotes

A ocupação do Zumbi dos Palmares teve início em 1997, então, a maioria dos assentados que participaram da pesquisa participaram de todo o processo de criação do assentamento Zumbi dos Palmares.

Estes dados deram base para traçar o perfil da população que compôs a amostra. É possível identificar que a população do Zumbi envelheceu e que a maioria dos mais jovens optou por não permanecer no lote. A idade avançada é um dos fatores que explicam o que será abordado no próximo tópico, sobre as preferências de produção dos assentados.

4.1.2 – PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ZUMBI DOS PALMARES

Como descrito anteriormente, desde os primórdios da colonização a produção agrícola no município de Campos dos Goytacazes baseia-se na produção da cana de açúcar. De acordo com o IBGE (2022), o município de Campos dos Goytacazes produziu 1.647.500 toneladas de cana de açúcar em 2022, em uma área que corresponde a 37.650 ha. Além da cana de açúcar, o município também tem sua produção baseada em outros gêneros, como: aipim, abacaxi, abóbora, milho, hortaliças, entre outros (Tabela 4).

Tabela 4 - Produção agrícola em Campos dos Goytacazes em 2022

Cultura	Unidade	Quantidade produzida	Área plantada (ha)
Abacaxi	Frutos	4.096.000	218
Aipim	Toneladas	4102	366
Banana	Toneladas	560	51
Cana de açúcar	Toneladas	1.647.500	37.650
Coco da baia	Frutos	288.000	24
Laranja	Toneladas	117	10
Limão	Toneladas	112	11
Maracujá	Toneladas	120	8

Fonte: IBGE, 2022.

Assim, os resultados da pesquisa no PA Zumbi dos Palmares mostram que o plantio da cana-de-açúcar continua sendo marcante, mesmo no interior de áreas reformadas, na medida em que 90% dos assentados amostrados declararam que produzem a cana, uma parcela destes a comercializa para as usinas, enquanto uma menor parcela a utiliza como ração animal. Além disso, os resultados mostram que 33% dos assentados usaram toda a extensão do seu lote para o plantio de cana de açúcar. O aipim é a segunda cultura em termos de área plantada e assentados envolvidos (Tabela 5).

Tabela 5 - Produção agrícola amostra Zumbi dos Palmares 2022

Cultura	Unidade	Quantidade	Área plantada (ha)	Assentados envolvidos (n)
Aipim	Caixa	2700	26	17
Cana de açúcar	Tonelada	7300	146	27
Milho	Sacos	155	6	9
Abacaxi	Frutos	177.000	4	7
Laranja	Caixas	400	3	5
Quiabo	Caixas	80	1	4

Os assentados afirmaram optar preferencialmente por estas duas culturas devido principalmente à facilidade de comercialização, apesar do preço baixo que é pago por elas. Além disso, apesar dos assentados relatarem que as usinas pagam um baixo preço pela tonelada de cana, ainda assim é uma cultura preferida, também pelo fato da mesma resistir bem aos períodos secos, além de possuir canais de comercialização estáveis. As duas usinas ainda em funcionamento no Norte Fluminense que compram a produção dos assentados são a Coagro e a Canabrava. O valor médio pela tonelada de cana ao longo de 2022 teria ficado em torno de R\$ 100,00 reais. De acordo com os assentados, as usinas ficam responsáveis por mandar caminhões para retirar a produção de cana do assentamento, sendo que o processo produtivo em si é todo realizado pelos assentados.

Aproximadamente 56% dos assentados afirmam que cultivam o aipim. No caso do aipim, a venda da produção de aipim é altamente dependente da atuação dos atravessadores, sendo que todos os assentados participantes da amostra declararam vender toda ou parte da sua produção para atravessadores. O preço médio obtido com a caixa de aipim foi de R\$ 25,00.

Além da cana de açúcar e do aipim, há uma forte presença da pecuária leiteira no PA Zumbi dos Palmares, principalmente no Zumbi I. Na amostra coletada para este estudo, 23% dos assentados declararam estar envolvidos com a pecuária leiteira. Três assentados declararam a pecuária leiteira como sendo a única atividade realizada no lote. Um dado importante no caso da produção de leite é que foram detectadas diferentes formas de comercialização, fato que também afetou o preço médio recebido pelo litro de leite (Tabela 6).

Tabela 6 - Produção e comercialização de leite no Zumbi dos Palmares em 2022

Assentado	Núcleo	Produção (L)/dia	Venda (L)	Preço médio/L (R\$)	Forma de comercialização
6	IV	30	15	5,00	Feira da Roça
15	V	30	20	3,50	Venda direta
20	I	35	35	3,50	Padaria, Venda direta
21	I	20	10	2,00	Atravessador
23	I	30	30	2,50	Venda direta
24	I	80	80	2,00	Atravessador, Venda Direta
25	I	20	20	2,00	Atravessador, Venda Direta
27	I	60	60	5,00	Venda Direta

Um fato importante no caso da comercialização do leite é que no caso desse produto, os assentados foram capazes de estabelecer estratégias de venda direta, ficando assim menos dependentes da ação dos atravessadores. Por outro lado, a venda fora de estruturas coletivas parece ter afetado o preço obtido de forma negativa.

4.1.3 – PRINCIPAIS GARGALOS ENFRENTADOS PELOS ASSENTADOS DO ZUMBI DOS PALMARES

De acordo com o Plano de Desenvolvimento (PDA) do Zumbi dos Palmares (1999) a comercialização da produção obtida pelos assentados deveria ocorrer por meio de agroindústrias, feiras, mercado varejistas, centrais de abastecimento e compradores ambulantes. No entanto, os resultados da amostra coletada no Assentamento Zumbi dos Palmares indicam que após mais de duas décadas da distribuição inicial dos lotes, a venda da produção obtida nos lotes continua sendo fortemente dependente da presença de atravessadores (Tabela 7).

Tabela 7 - Principais canais de comercialização utilizados pelos assentados do Zumbi dos Palmares em 2022

Produtos	Canais de comercialização
Aipim	Atravessador
Abacaxi	Atravessador
Cana de açúcar	Usinas
Quiabo	Atravessador

Além disso, no caso da cana de açúcar, ainda que não haja a presença de atravessadores, o fato da produção ser vendida para apenas duas usinas faz com que haja pouca ou nenhuma possibilidade de negociação por melhores preços.

Um dos aspectos específicos de dificuldade em relação ao processo de comercialização na PA Zumbi dos Palmares se refere ao papel controverso dos atravessadores, pois enquanto são vistos como causa da diminuição da renda dos assentados ao impor valores baixos para a compra da produção, os mesmos acabam sendo a única opção que muitos assentados possuem para vender o que produzem. Nesse sentido, um fato de dificuldade para os assentados se tornarem menos dependentes dos atravessadores é que a maioria deles declarou não ter meios próprios de transporte para realizar o escoamento da produção obtida nos lotes.

Um gargalo importante que foi relatado pelos assentados em relação ao processo de comercialização tem a ver com a incipiência programas governamentais de incentivo à comercialização da produção proveniente da reforma agrária, como foi o caso do PAA. Dos 33 assentados que participaram da amostra, apenas 1 declarou ter participado do PAA. Um fator que tem colaborado para a dificuldade de acesso a mercados e a quebra da dependência do atravessador é a falta de organização interna dos assentados no tocante ao processo de organização da produção e da comercialização. Os assentados apontaram que existe pouca cooperação entre eles, o que resulta na inexistência de canais de comercialização coletiva. Além disso, a maioria das associações que existiam

nos cinco núcleos não estão em funcionamento. O fato é que a maioria dos assentados participantes da amostra declarou que as igrejas são sua principal forma de participação social (Figura 4).

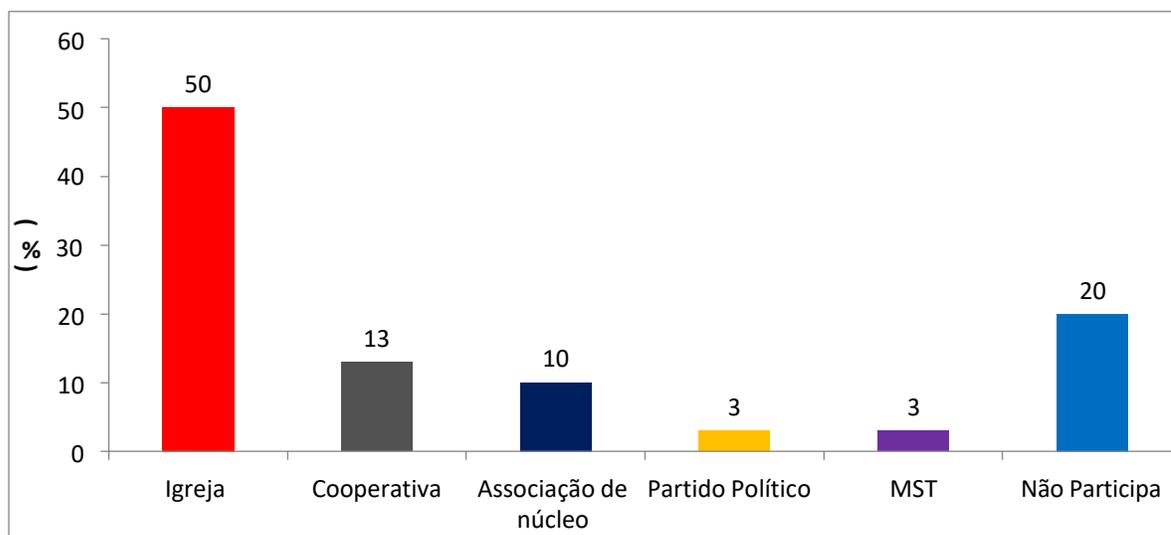


Figura 4 . Participação em organizações sociais no Zumbi dos Palmares (%)

Um elemento contraditório que apareceu nas idas ao campo foi o fato de que enquanto a maioria dos assentados não está engajada nas feiras que ocorrem na área urbana de Campos dos Goytacazes, assentados que possuem algum nível de liderança política dentro do assentamento estão envolvidos no processo. Assim, é que dos 30 assentados que responderam ao questionário, apenas um participa da Feira da Roça.

Em relação aos gargalos existentes no processo de comercialização da produção agrícola do Zumbi dos Palmares e eventuais formas de superá-los, os assentados apontaram para uma combinação de medidas para dar conta da situação (Figura 5):

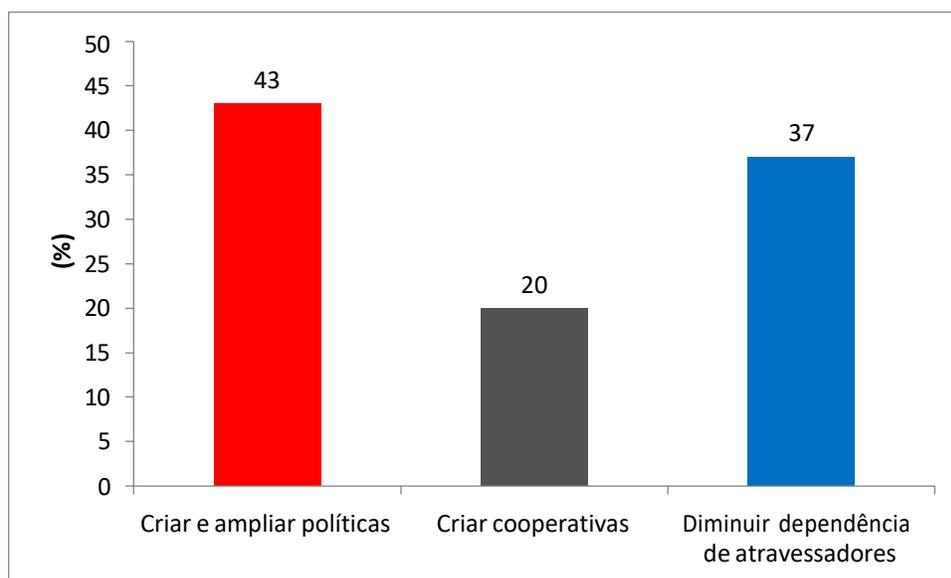


Figura 5. Possíveis meios para melhorar a comercialização no Zumbi dos Palmares (%)

O fato é que os assentados reconhecem que a necessidade de políticas de apoio à comercialização se combina com a melhoria do processo de organização política dentro do assentamento. Por outro lado, a caracterização da dependência dos atravessadores como sendo um problema também é indicativo de que há clareza de que a relação desigual que estabelecida com estes agentes é um entrave importante para que os assentados possam aumentar a sua renda.

4.2 – A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO SOB A VISÃO DE LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS E QUILOMBO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Entrevistas foram realizadas com seis agricultores que possuem trajetórias de envolvimento nos esforços realizados em assentamentos e quilombos para a criação de canais próprios de comercialização da produção gerada nas diferentes unidades produtivas. Nessas entrevistas foram levantados dados relativos às principais culturas, canais de comercialização, o papel dos atravessadores, e atuação do governo municipal na agricultura familiar.

Por meio das entrevistas foi possível detectar há uma certa diversidade entre as culturas apresentadas como sendo as principais e dos canais de comercialização que predominam nas áreas onde as lideranças possuem suas unidades produtivas (Tabela 8).

Tabela 8 - Culturas produzidas e canais de comercialização

Líder	Unidade	Culturas	Principais canais de escoamento
1	CA	Abóbora, Aipim, Batata doce, Hortaliças, Laranja, Milho	Atravessadores, Feira.
2	ZP (I)	Abacaxi, Abóbora, Aipim, Banana, Cana de açúcar, Laranja, Milho	Atravessadores, Feira
3	OA	Abóbora, Aipim, Banana, Cana de açúcar, Coco, Goiaba, Milho,	Atravessadores, Venda Direta
4	AF	Acerola, Aipim, Coco, Feijão, Maracujá, Milho, Laranja	Feira e venda direta
5	ZP (V)	Abacaxi, Cana de açúcar, Jaca, Laranja, Manga e Milho	Atravessadores, Usina
6	ZP (IV)	Abacaxi, Aipim, Cana de açúcar, Hortaliças e Laranja	Atravessadores, Usina

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e IV).

No caso das entrevistas realizadas com assentados do Zumbi dos Palmares ficou evidenciado que apesar de existirem culturas predominantes nos três núcleos a que eles pertencem (i.e., abacaxi, aipim e da cana de açúcar), também existem outras que estão localizadas de forma diferente. Isto indica que existe uma diversidade de estratégias nas escolhas de quais culturas devem ser plantadas.

Por outro lado, quando se refere ao principal canal de comercialização, apesar de existirem diferenças, o que ficou evidente é que com exceção do Antonio de Faria, todas as demais unidades analisadas possuem forte dependência em relação aos atravessadores para garantir o escoamento da produção. Segundo a liderança do Antonio de Faria, a maior autonomia em relação aos atravessadores decorre do fato de que ali a maioria dos assentados optou pela pecuária leiteira e pela produção de um número pequeno de culturas. Além disso, como existem localidades próximas do assentamento, os agricultores comercializam a maior parte da sua produção de forma direta.

No tocante às culturas que dependeriam mais da ação dos atravessadores para ser escoadas, o que ficou evidente é que uma diferenciação entre as unidades estudadas, havendo uma forte dependência especialmente para o escoamento do aipim (Tabela 9).

Tabela 9 - Culturas mais dependentes dos atravessadores para serem escoadas

Líder	Unidade	Culturas mais dependentes de atravessadores
1	CA	Abóbora, Aipim, Batata doce, Laranja
2	ZP (I)	Abacaxi, Aipim, Banana
3	OA	Abóbora, Aipim, Banana, Coco, Goiaba, Milho
4	AF	Cana de açúcar
5	ZP (V)	Abacaxi, Aipim , Laranja
6	ZP (IV)	Abacaxi, Aipim , Laranja

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e IV).

No caso específico do Zumbi dos Palmares, a dependência dos atravessadores também ficou clara para o escoamento da produção do abacaxi e da laranja.

A análise das entrevistas mostrou que as lideranças entrevistadas possuem visões contraditórias sobre o papel cumprido pelos atravessadores no processo de comercialização da produção dos agricultores e quilombolas. Se por um lado, os atravessadores são vistos como agentes que controlam a renda dos agricultores ao fixar preços muito baixos para a produção dos agricultores, eles acabam sendo considerados como garantidores do processo de venda parcial ou total da produção (Tabela 10).

Tabela 10 - Papel e relação dos atravessadores com a comercialização da produção em assentamentos e quilombos

Líder	Unidade	Papel dos atravessadores	Relação assentado/ atravessador	Quem determina preço	Calotes (S/N)
1	CA	Diminuir remuneração	Dependência	Atravessador	S
2	ZP (I)	Garante comercialização	Dependência	Atravessador	S
3	OA	Garante comercialização	Dependência	Atravessador	S
4	AF	Quase nenhum	Quase nula	Atravessador	S
5	ZP (V)	Diminuir remuneração	Dependência	Atravessador	S
6	ZP (IV)	Garante comercialização	Dependência	Atravessador	S

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e IV).

O grau de dependência fica mais explícito quando se constata que a venda da produção é mantida mesmo em face de contínuos calotes que são praticados pelos atravessadores de acordo com o que foi declarado por todos os entrevistados.

Outro fator que é visto como sendo prejudicial ao processo de comercialização da produção dos assentamentos e quilombos é a fragilidade das políticas públicas voltadas para viabilizar o seu escoamento (Tabela 9). Uma opinião compartilhada por todos as lideranças entrevistadas é de que as poucas políticas públicas criadas para facilitar a venda dos produtos gerados em suas áreas têm sido acessadas por uma pequena parcela dos agricultores, tendo como resultado a dependência em relação aos atravessadores (Tabela 11).

Tabela 11 - Incentivo do poder público ao processo de comercialização da produção dos assentamentos e quilombos

Líder	Unidade	Políticas de apoio à comercialização (S/N)
1	CA	N
2	ZP (I)	N
3	OA	N
4	AF	N
5	ZP (V)	N
6	ZP (IV)	N

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e IV).

É importante notar que há ainda uma compreensão compartilhada de que o principal obstáculo para a criação de canais de comercialização se refere a um fator interno que seria o alto grau de individualismo que existiria entre assentados e quilombolas nos assentamentos (Tabela 12).

Tabela 12 - Mecanismos de produção e/ou comercialização de forma coletiva nos assentamentos e quilombo

Líderes	Unidade	Ações coletivas (S/N)	Barreiras para adoção de ações coletivas
1	CA	N	Alto grau de individualismo
2	ZP (I)	N	Alto grau de individualismo
3	OA	N	Alto grau de individualismo
4	AF	N	Alto grau de individualismo
5	ZP (V)	N	Fracasso das experiências organizativas anteriores
6	ZP (IV)	N	Experiências organizativas anteriores fracassaram

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e V).

Além do fator individualismo, as lideranças dos núcleos IV e V do Assentamento Zumbi dos Palmares relacionam a dificuldade de se criar canais coletivos de comercialização às experiências organizativas anteriores que não produziram os resultados esperados, como no caso das associações de núcleos que foram impostas pelo INCRA como forma de liberação dos créditos de fomento e produção.

Em contrapartida, quando inquiridos sobre os possíveis caminhos que poderiam ser adotados para facilitar o processo de comercialização de modo a aumentar o nível de renda, as respostas dadas apontaram para a necessidade de uma série de medidas orientadas para o fortalecimento e ampliação de políticas oficiais (Tabela 13).

Tabela 13 - Possíveis meios para melhorar a comercialização

Líder	Unidade	Possíveis medidas para melhorar a comercialização
1	CA	Incentivar a diversificação da produção e criar um programa que atenda a todos os agricultores.
2	ZP (I)	Incentivar a diversificação da produção e criar um mecanismo certo que apoie o processo de comercialização.
3	OA	Incentivar a diversificação e ampliar o acesso às feiras.
4	AF	Incentivar a diversificação e ampliar o acesso às feiras.
5	ZP (V)	Incentivar a comercialização para a merenda escolar e ampliar o acesso aos programas como PAA e PNAE.
6	ZP (IV)	Criar políticas que levem conta a diversidade de interesses dos assentados.

Legenda: AF: Antonio de Faria, OA: Osiel Alves, CA: Cambucá, ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e IV).

4.3 – FEIRAS E PONTOS DE VENDA: ESPAÇOS DE OPORTUNIDADE OU DE EXCLUSÃO PARA OS ASSENTADOS CAMPOS GOYTACAZES?

Durante a realização desta pesquisa foram identificados 9 pontos de comercialização da produção agrícola, estes nove pontos estão divididos em três distintas categorias, sendo elas: FAS – Campos, Feira da Roça e ponto de venda direta. A FAS – Campos e a Feira da Roça são duas modalidades de feiras-livres, ambas com algum grau de ligação com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Enquanto o ponto de venda direta não tem ligação com a prefeitura, sendo um ponto independente. Na Figura 6 abaixo há a distribuição destes pontos de comercialização pela cidade de Campos dos Goytacazes.



Figura 6 - Distribuição das feiras e ponto de venda direta na área urbana de Campos dos Goytacazes

Analisando a distribuição espacial destes pontos de venda, pode-se notar que a comercialização através destas feiras e do ponto de venda direta tem sido voltada para bairros de classe média alta e classe média baixa.

Nesta pesquisa a opção por localizar a presença de feiras e pontos de venda direta teve como objetivo verificar até que ponto esses locais servem como pontos de comercialização da produção de assentamentos e quilombos existentes em Campos dos Goytacazes. Na Tabela 14 há uma lista de cada um destes pontos de comercialização que foram identificados em Campos dos Goytacazes, evidenciando os bairros de classe média. As feiras foram enumeradas de 1 a 8, conforme elas foram sendo conhecidas e exploradas durante a pesquisa. Já o ponto de venda direta foi o único reconhecido e visitado durante a pesquisa.

Tabela 14 - Feiras e ponto de venda direta em Campos dos Goytacazes, RJ

Feiras e ponto de venda direta	Localização	Dias em que ocorre	Organização	Principais culturas comercializadas	Média de barracas
Feira 1	Praça Salesiano do	Quarta	Feira da Roça	Laranja, abacaxi, abóbora, morango, uva e banana	30
Feira 2	Secretaria Educação da	Quarta	FAS – Campos	Laranjas, limão, banana e hortaliças	8
Feira 3	Praça República da	Terça e sexta	Feira da Roça	Uva, morango, maçã, abóbora, aipim.	30
Feira 4	Praça do IPS	Quinta	Feira da Roça	Laranjas, morango, uva, abóbora, batata doce e banana	20
Feira 5	Praça do Parque Imperial	Terça	Feira da Roça	Laranja, morango, abacaxi, banana, aipim e batata doce	30
Feira 6	Praça Jardim Flamboyant	Terça e quinta	Feira da Roça	Laranja, banana, aipim, hortaliças e Abacaxi	30
Feira 7	Praça Jardim Flamboyant	Sábado	FAS – Campos	Laranja, limão, abóbora, aipim e Hortaliças	10
Feira 8	Calçadão UENF da	Quinta	FAS – Campos	Laranja, abóbora, aipim e hortaliças	8
Ponto de venda direta 1	Calçadão UENF da	Segunda a sexta	Independente	Laranja, uva, morango, tomate, alho, cebola e melancia	1

4.3.1 – A FEIRA DA ROÇA

A Feira da Roça foi a primeira organizada pela prefeitura de Campos por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca. Esta feira foi uma política adota por Anthony Garotinho no ano de 1991 para auxiliar os agricultores familiares que residiam no Imbé, a meta da feira era criar um espaço de oportunidade para os agricultores que produziam alimentos *in natura* e como residiam longe do mercado consumidor não conseguiam comercializar sua produção e a perdiam. Por meio da Feira da Roça, a prefeitura buscava os agricultores e os levava juntamente com sua produção até o ponto da feira, onde os agricultores poderiam comercializar diretamente com os consumidores sem a presença de atravessadores (Figura 7).



Legenda: 1 – Feira na Praça do IPS; 2 – Feira no Flamboyant; 3 – Feira na Praça do Salesiano; 4 – Feira no IPS.

Figura 7 - Mosaico fotografias retiradas da Feira da Roça em diferentes pontos. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Mais de trinta anos depois, a Feira da Roça expandiu e seu propósito inicial ficou esquecido e ela já não tem sido mais um espaço de oportunidade para os agricultores

familiares. De acordo com a PMCG, para um agricultor conseguir comercializar na Feira da Roça é necessário que este faça um cadastro na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, e demonstrar que ele é agricultor familiar. Porém, de acordo com o Entrevistado 7, ao realizar este cadastro não foi necessário provar que era um agricultor e foi fácil conseguir a licença para comercializar na Feira da Roça já que sua família já comercializava no Mercado Municipal. Nesse sentido, o Entrevistado 7 afirmou que:

“O acesso da minha família à Feira da Roça aconteceu por meio de um rapaz que era o diretor do Mercado Municipal e depois ele se tornou o diretor da Feira da Roça, como meu pai tinha contato com ele, pediu para comercializar na feirinha e ele concedeu... Na hora do cadastro não foi perguntado se minha família era agricultora ou não, só precisou demonstrar que já tínhamos barraca no Mercado Municipal.”

Por meio deste relato, nota-se que aparentemente não existe um processo de fiscalização que permita que apenas agricultores comercializem na Feira da Roça. Este fato é corroborado pelo Entrevistado 6, que já comercializa na Feira da Roça há 17 anos. O Entrevistado 6 também confirmou que apesar de ser agricultor e assentado, ele não precisou comprovar isto no ato do cadastro necessário para participar da feira. O entrevistado 6 declarou que conseguiu o acesso à feira por meio de uma pessoa que fazia parte do seu ciclo social, tendo feito o seu cadastro apenas com informações pessoais e começou a participar da Feira da Roça.

Por outro lado, tanto a partir das constatações in loco como nos relatos obtidos dos feirantes entrevistados ficou evidente que a PMCG não exerce ações de fiscalização sobre os feirantes e sobre o que eles estão comercializando na Feira da Roça. Os Entrevistados 6 e 7 indicaram que ao longo dos anos em que comercializam na Feira da Roça nunca houve uma forma de fiscalização ou comprovação de que os feirantes são os responsáveis pela produção daquilo que vendem em suas barracas. Além disso, os entrevistados 6 e 7 declararam que a PMCG oferece pouco apoio aos feirantes, realizando apenas o transporte das barracas para os pontos da feira.

4.3.2 – FAS-CAMPOS

A Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes (FAS – Campos) foi criada em 2000, por meio de uma articulação entre agricultores e estudantes universitários. Durante a pesquisa, foram entrevistados dois agricultores familiares que se apresentaram como sendo parte do grupo de fundadores da feira agroecológica que hoje é nomeada de FAS – Campos. De acordo com estes dois entrevistados por meio da articulação de três agricultores e de estudantes da UENF, os assentados conseguiram espaço para comercializar no interior do campus Leonel Brizola. A partir daí, a feira foi se organizando melhor e crescendo até se tornar a FAS – Campos com diversos pontos na cidade (Figura 8).



Legenda: 1 – Feira na Praça do Salesiano; 2 – Feira na Praça do Salesiano; 3 – Feira no Flamboyant; 4 – Feira na UENF.

Figura 8 - Mosaico de fotografias dos diferentes pontos da FAS – Campos.

Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Para a pesquisa também foi entrevista a atual líder da FAS – Campos que é do Quilombo Cambucá. De acordo com EM, ao longo dos quase vinte anos que a FAS-Campos existe, ela passou por momentos de avanços e retrocessos. Segundo EM, depois da pandemia do COVID – 19, a FAS-Campos teve que se ajustar e passou a estar ligada diretamente à EMATER e contar com o apoio do Secretário da Agricultura de Campos dos Goytacazes.

Entretanto, segundo EM, a FAS – Campos não tem um cadastro definido para os agricultores familiares, mas a maioria dos seus membros já comercializava na feira que ocorria no campis da UENF. Além dos membros originais, novos participantes da FAS - Campos conseguem vagas através de algum tipo de indicação política ou por meio de cursos disponibilizados pela EMATER. Por outro lado, EM afirmou que a PMCG não oferece nenhum tipo de apoio aos feirantes da FAS – Campos. Assim, apesar das barracas estarem identificadas como apoiadas pela PMCG, todo apoio é efetivamente dado pela EMATER que também responsável pelo transporte dos agricultores até os pontos onde as feiras ocorrem.

4.3.3 – PONTO DE VENDA DIRETA NA UENF

O ponto de venda direta localizado na calçada da UENF está presente na localidade desde o ano de 2022. O ponto se caracteriza por ser independente, sem ligações com a prefeitura ou outro órgão. Inicialmente, apenas um senhor e uma senhora comercializavam e havia menor variedade de produtos sendo comercializados. Em conversa com o responsável da banca, ele contou que era um agricultor do subdistrito Travessão, em Campos dos Goytacazes.

Atualmente, por meio de observações não participantes, foi possível chegar a conclusão de que há funcionários que trabalham no ponto de venda direta. Além disso, os donos do ponto investiram em maior variedade de produtos ofertados, como também na infraestrutura das barracas, que agora estão em maior quantidade e maiores.

O ponto de venda tem funcionamento de segunda a sexta. E durante os meses de pesquisa, foi possível observar e analisar as dinâmicas do ponto. Ao analisar os produtos que são comercializados, o suporte do ponto, o transporte dos produtos e o modo de

trabalho, chegamos à conclusão de que o ponto de venda direta é pertencente a atravessadores.

4.4 – COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DAS FEIRAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Por meio dos dados coletados durante a pesquisa, pode-se constatar que o acesso às feiras, tanto a Feira da Roça quanto a FAS – Campos, tem sido restrito e que na maioria dos casos foi necessário existir algum tipo de indicação ou exercer algum tipo de liderança dentro do assentamento. Além disso, de acordo com os entrevistados neste trabalho, poucos são os assentados que têm acesso às feiras, estes fatores podem ser observados a seguir (Tabela 15):

Tabela 15 - Acesso às feiras em Campos dos Goytacazes

Feirante	Como conseguiu acesso à feira?	Quantos agricultores do seu assentamento/quilombo tem acesso às feiras?
1	Fundador da feira da UENF e depois através da EMATER conseguiu ligar a feira à Secretária de Agricultura, Pecuária e Pesca.	10
2	Por vínculos pessoais pode participar da feira que ocorria dentro da UENF e depois na FAS.	1
3	Por vínculo pessoal com outro participante da FAS.	2
4	Fundador da FAS.	5
5	Fundador da FAS.	5
6	A partir de contato na EMATER conseguiu uma vaga na Feira da Roça.	6

Outro ponto importante a ser destacado, é que os comerciantes das feiras são os responsáveis por levarem suas mercadorias para serem comercializadas nos pontos das

feiras, não existe nenhum tipo de incentivo quanto a isso. Todos os entrevistados relataram isso em suas entrevistas (Tabela 16):

Tabela 16 - Transporte da produção até as feiras

Entrevistado	De que forma os feirantes levam seus produtos para comercializarem nas feiras?
1	Individualmente
2	Por conta própria, quem tem carro traz, quem não tem dá outro jeito.
3	Cada feirante se organiza por conta própria e traz como pode.
4	É feito de forma independente, cada um usa o meio que tem.
5	O transporte dos alimentos para as feiras é por conta própria.
6	Cada um leva como pode, é feito por conta própria.

O fato de não existir uma forma de apoio para levar a produção até os locais da feira também pode ser considerado um mecanismo de exclusão de assentados no processo de comercialização. Muitos dos assentados que participaram da amostra demonstrativa não têm carro e os entrevistados também relataram casos dos feirantes que não possuem um meio de transporte e dependem de ônibus, bicicleta ou caronas para trazerem sua produção até as feiras. Tudo isso faz com que poucos alimentos sejam trazidos para serem comercializados, dificultando a vida dos assentados feirantes e diminuindo a variedade de produtos que são comercializados nas feiras.

Neste ponto, é importante destacar uma diferença clara entre as feiras FAS e Feira da Roça que foi constatado durante as observações não participantes. Sobre a comercialização que ocorre nas feiras, um ponto que é importante a se destacar diz respeito ao valor dos produtos. Dos principais produtos produzidos pelos assentados dos Zumbi dos Palmares, é possível encontrar alguns deles sendo vendidos em grades proporções nas feiras urbanas em Campos dos Goytacazes, a Tabela 17 faz um comparativo entre os preços que os assentados recebem pelos produtos e os preços que os mesmos produtos estão sendo comercializados nas feiras, por exemplo, a caixa do aipim está em média 25 reais, em cada caixa há aproximadamente 22kg, sendo assim o

kg do aipim sai para o produtor em média de R\$ 1, 13, já nas feiras o kg do aipim está na média de R\$ 5.

Tabela 17 - Comparativo de preços entre assentamentos e feiras

Cultura	Unidade	Preço pago ao assentado (R\$)	Preço nas feiras (R\$)	Preço pago no hortifruti (R\$)
Aipim	KG	1,13	6,00	4,00
Abacaxi	Fruto	0,70	5,00	9,00
Laranja	KG	2,00	5,00	5,00
Quiabo	KG	4,00	6,00	7,00
Coco	Fruto	1,00	8,00	9,00

Analisando esta tabela é possível perceber que os assentados têm tido baixas remunerações com sua produção, recebem valores muito baixos e seus produtos são revendidos revertendo os lucros para os atravessadores.

Os feirantes da Feira da Roça trazem maior diversificação de produtos, assim como existem mais feirantes comerciando na Feira da Roça, além disso, nos dias de Feira da Roça diversos feirantes estão com carros, cheios de produtos. Enquanto isso, a FAS tem sido uma feira menor e com um número menor de feirantes, além do fato da produção comercializada por estes feirantes serem menos diversificadas e não existir a presença de carros dos feirantes.

Por meio da observação não participante foi possível verificar a diferença entre as duas feiras, no sentido da produção, do transporte da produção e do quantitativo dos feirantes. Os dados relativos a estas variáveis podem ser observados na Tabela F, a coluna que indica número médio de barracas é uma forma de demonstrar a quantidade de feirantes que possuem nas feiras, como exemplo pode-se tomar a Feira 1, Feira da Roça, existem em média 30 barracas, enquanto a Feira 8, FAS – Campos, existem em média apenas 6 barracas, evidenciando que na Feira da Roça existem mais comerciantes.

A produção que é comercializada na Feira da Roça é diversificada, sendo que os principais produtos que têm sido comercializados nos diversos pontos onde a mesma ocorre são: morango, uva, banana, tomate, aipim, batata inglesa, batata doce, hortaliças no geral, chuchu, laranja. Alguns destes produtos, como morango, tomate e uva, não são comuns em nossa região e estão vindo de outras áreas do Brasil. Durante a entrevista com o Entrevistado 7, ele relatou que os feirantes da Feira da Roça de forma conjunta fretam caminhões que saem de Campos dos Goytacazes destinados aos CEASAs do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e destes pontos que vêm a maior parte da produção que está sendo comercializada na Feira da Roça e no Mercado Municipal. Durante a pesquisa foi identificado que os morangos, que são altamente comercializados no município, têm origem no nordeste brasileiro, vindos da Bahia.

O outro feirante da Feira da Roça, o Entrevistado 6, que também é um assentado do Zumbi dos Palmares comercializa principalmente hortaliças, que ele próprio produz. Entretanto, durante a entrevista, ele declarou que nem todos os produtos que ele comercializa em sua banca são provenientes de seu lote, e que compra parte dos seus produtos no Mercado Municipal, especialmente morangos e uvas. De acordo com dois entrevistados, a maioria dos produtos que estão sendo comercializados na Feira da Roça não são efetivamente produzidos em Campos dos Goytacazes.

A partir dos dados levantados nas entrevistas, pode-se constatar que a Prefeitura não exerce nenhum tipo de fiscalização na Feira da Roça, nem sobre os feirantes dela, facilitando o acesso de atravessadores a estes locais. Somado a isto, a Prefeitura também não dá nenhum incentivo para os feirantes, pelo contrário, é cobrado uma taxa diária para o uso das bancadas da feira, o que pode dificultar o acesso de assentados em situação de vulnerabilidade social. Em se tratando da FAS – Campos, esta recebe ainda menos incentivos e tem tido menos expressão no município. Entretanto, com as observações e entrevistas, a FAS tem sido um local de oportunidade para de fato os assentados comercializarem, mesmo que seja de forma não abrangente.

Comparando as duas feiras estudadas, é possível afirmar que a FAS – Campos é fruto da organização de alguns assentados e quilombolas, para que os agricultores familiares do município tenham alguma oportunidade de comercializarem sua produção, entretanto este esforço não tem sido suficiente para atender às necessidades dos

agricultores e poucos têm conseguido acesso à ela. Enquanto isso, a Feira da Roça é mais restrita para os assentados e tem em sua composição, pessoas que têm condições de comercializarem todos os dias, em todos os pontos, mas que não necessariamente os responsáveis pela produção daquilo que comercializam.

4.4.1 – A PROPOSTA DA PMCG DE CRIAÇÃO DE UM COMPLEXO COMERCIAL DOS FEIRANTES

No dia 29 de janeiro do ano de 2024, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes publicou o edital de licitação de um novo projeto de construção do Complexo Comercial dos Feirantes de Campos dos Goytacazes. De acordo com o edital este complexo receberá feirantes que atualmente possuem pontos de comércio no Mercado Municipal. A previsão é que este Complexo Comercial seja construído na Praça da República, no centro histórico de Campos dos Goytacazes, local onde atualmente é realizada a Feira da Roça. O projeto prevê a construção de um espaço de 5.450 m² com 381 baias para feira, 68 para peixaria, 13 para açougue e mais 7 espaços destinados à instalação de restaurantes. Apesar da perspectiva positiva do projeto como potencial instrumento de fortalecimento da comercialização da agricultura familiar, ainda não há qualquer sinalização sobre o espaço ser oferecido aos agricultores que hoje participam da Feira da Roça e da FAS-Campos. O que se sabe até o presente momento desta pesquisa é que se o Complexo for aprovado feirantes do Mercado Municipal serão transferidos para este espaço. Com isso, a Nova Feira não deve representar um novo espaço de oportunidade para outros agricultores familiares do município.

Uma das problemáticas por trás dessa proposta é que o local escolhido para abrigar o Complexo é a Praça da República, que existe desde o ano de 1847, que é tutelada pelo Coppam, órgão que é responsável por preservar equipamentos históricos em Campos dos Goytacazes. A PMCG até o momento em que abriu a licitação não havia comunicado ao Coppam as possíveis mudanças a serem realizadas na praça histórica do município. O Secretário Municipal da Agricultura, Almyr Júnior, defendeu a criação da Nova Feira no município, para ele seria de extrema importância a construção do complexo e o realojamento dos comerciantes do Mercado Municipal, dando visibilidade

a este prédio histórico e transformando a praça em um instrumento de atividade econômica.

As discussões sobre este novo Complexo Comercial dos Feirantes ainda estão muito incipientes e ainda não há nada concreto sobre como o complexo será instalado. Todavia, desde o início o projeto para a Nova Feira já vem apresentando problemas. O fato é que se o projeto for adiante irá impactar principalmente a vida dos comerciantes do Mercado Municipal, e ao que indica este novo espaço não será uma oportunidade para novos assentados alcançarem o acesso a um novo canal de comercialização.

CONCLUSÕES

A pesquisa de campo e a subsequente análise dos dados obtidos pelas diferentes estratégias de coleta permitiram elucidar as questões que foram propostas para ela. A primeira questão de pesquisa se relacionava aos canais de comercialização que os assentados mais utilizam para escoar a sua produção. A presente pesquisa confirmou a existência de uma forte dependência da figura do atravessador para o escoamento de grande parte da produção obtida nos assentamentos de reforma agrária. A pesquisa também confirmou que aos olhos dos assentados os atravessadores desempenham um papel dicotômico, na medida em que esse agente é visto como um obstáculo para o aumento da renda da agricultura familiar, enquanto que, ao mesmo tempo, acaba sendo o principal meio para a comercialização da produção, gerando uma renda que inexistiria sem sua presença. Um ponto que é importante destacar é que esta pesquisa revela que embora a maioria dos atravessadores seja externa aos locais de produção, alguns assentados têm assumido o papel dos atravessadores, principalmente os que possuem algum veículo e acesso às feiras urbanas que foram estudadas.

Em relação à participação em feiras, os resultados mostram que o acesso ainda é restrito e que esses espaços possuem alta complexidade no tocante aos seus participantes e aos produtos que são comercializados. Por outro lado, um fenômeno que tem sido observado em Campos dos Goytacazes é o aumento de locais de realização de feiras e de pontos de venda direta. No entanto, como foi verificado durante a pesquisa, a existência e o aumento desses pontos de venda não necessariamente representam um aumento no nível de comercialização da produção dos assentamentos e quilombos, visto que existem gargalos importantes para viabilizar tanto o acesso dos assentados e quilombolas, como na garantia de uma diversidade de produtos. Como ficou demonstrado, a inexistência de canais coletivos à participação de assentados e quilombolas faz com que haja uma maior abertura para a ação de atravessadores até dentro das feiras. Tal fato faz com que parte dos produtos vendidos seja produzida fora do município ou que mesmo sendo produzidos localmente, eles já resultam de uma venda prévia por parte dos seus produtores a quem consegue viabilizar a colocação dos produtos dentro das feiras.

Ainda em relação às feiras e pontas de venda direta, o que se verificou é que ali também existe a participação direta ou indireta de atravessadores que atuam para fornecer produtos ou ainda atuar diretamente na venda daquilo que é gerado em assentamentos e quilombos. Um elemento adicional no tocante às feiras é que diante das dificuldades estruturais e da incapacidade de envolver mais assentados ou quilombolas, os espaços de feira são ocupados por lideranças que desenvolvem laços de cooperação entre si e com órgãos governamentais como no caso específico da EMATER. O fato é que as feiras que estão sendo organizadas na malha urbana do município não têm sido espaços de oportunidade para os assentados do município. O mecanismo por trás das feiras demonstra que uma mínima porção de assentados, os que tem maior poder de articulação dentro de seus assentamentos, têm conseguido acesso a estes locais de comercialização.

A pesquisa torna evidente que existe um baixo poder de organização e articulação interna entre os assentados do município de Campos dos Goytacazes, isso somado a falta de políticas públicas de incentivo à comercialização resulta em um cenário de desvalorização da produção da reforma agrária. Com isso, os assentados que exercem posição de liderança conseguem se adequar mais facilmente e alcançar melhores canais de comercialização, enquanto a imensa maioria se mantém na dependência de atravessadores. O individualismo no que se refere à produção e à comercialização da produção dos assentamentos põe os assentados em uma situação desfavorável e isso abre caminho para que os próprios assentados tornem-se atravessadores e comercializem parte da produção vinda dos assentamentos. Outro fator resultante da precariedade nos canais de comercialização é a situação em que os assentados têm destinado seus lotes à monocultura da cana com vista de comercializarem para as usinas para que assim consigam obter uma renda proveniente do lote. Deste modo, a monocultura da cana e o poder dos usineiros ainda são mantidos no município, mesmo naqueles espaços em que o processo de reforma agrária já ocorreu.

Finalmente, a pesquisa também evidenciou que a ausência de políticas públicas destinadas à ampliar os canais de comercialização da produção originada em assentamentos e quilombos representa uma barreira significativa para o aumento da renda dos agricultores. Um aspecto que merece ser destacado é que as feiras

estudadas ocorrem em um contexto de implantação mínima de formas de apoio por parte da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Isto ficou evidente no caso específico em função da ausência de ações públicas que garantam um efetivo acesso a canais de comercialização para os produtos originados pela agricultura familiar. A inferência que se faz é que isto se dá em função da manutenção da opção preferencial pela monocultura canavieira, que assim continua implicando no abandono dos assentamentos de reforma agrária e quilombos. Além disso, pode-se concluir que inexistem políticas públicas de fortalecimento a produção, beneficiamento e comercialização que atendam aos assentados de reforma agrária. O Estado não provê meios para que os assentados possam produzir de acordo com as exigências do mercado, bem como não é eficaz em prover financiamentos que ajudem neste processo e, tampouco, garante canais seguros de comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, Duvanil Ney Santana. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- ALENTEJANO, P. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO TEMER: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 308- 325, 2018.
- _____. **A Hegemonia do Agronegócio e a Reconfiguração da Luta pela Terra e Reforma Agrária no Brasil.** Caderno Prudentino de Geografia, 4(42), p. 251-285, 2020.
- _____. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. Portal de Revistas da USP - Agrária. São Paulo, 2004.
- _____. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma em marcha acelerada. Revista ANPEGE. Vol. 16, nº 29, p. 353-392, 2020.
- _____. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. In.: **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no Norte Fluminense.** Orgs.: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla Aguiar. Apicuri. Rio de Janeiro: 2011.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; AMARO JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas Gentil D. da. Luta por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). GEOgraphia, vol. 24, n 22, 2022.
- ALMEIDA, R. A. de. **PROCERA versus PRONAF:** vejo o futuro repetir o passado. Geografia - Londrina, v. 9, n. 1, p. 83-87, jan./jun. 2000.

- AQUINO, Joacir Rufino de.; SCNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: Grisa, Catia.; Schneider, Sergio. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.
- ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. **O avanço do neoliberalismo e a reforma agrária brasileira**. Geopauta, v. 6. 2022.
- BELO, Diego Carvalhar. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. UENF. Campos dos Goytacazes, 2012.
- BERGAMASCO; Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. Editora Brasiliense. São Paulo: 1996.
- BERGAMASCO, Sônia M.; PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros**. DL/Brasil. Rio de Janeiro: 1997.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930 – 1964). In.: BORIA, Fausto (org). **História geral da civilização brasileira III: O Brasil republicano**. V. 3. Sociedade e política (1930 – 1964). São Paulo: Difel, 1981.
- CARNEIRO, Márcia. Agricultura familiar em Campos dos Goytacazes (1990-2020). Contemporartes - Revista semanal de difusão cultural, 2020.
- CARVALHO, Francislene de Fátima; GROSSI, Selma de Fátima. **A importância das feiras-livres e seus impactos na agricultura familiar**. Interface Tecnológica, v. 16, n. 2. 2019.

- CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). Revista NERA, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.
- COUTADA, Joana Mayer. **Certificação Orgânica para agricultura urbana familiar.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Engenharia Agrícola. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2021.
- COSME, C. M. **Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil:** contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 1, 2016.
- DEW, Edward. Samba revolucionário: a revolta agrária que quase todo mundo apoia. In.: **Desconstruindo o latifúndio:** a saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Orgs.: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Júlio Cezar P.; KURY, Karla Aguiar. Apicuri. Rio de Janeiro: 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - BRASIL. REVISTA NERA, 2012.
- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: RIBEIRO, José Aparecido et al. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. p. 1-288.
- FERREIRA, Pedro Campeão. **Identificando mecanismos que controlam a comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes.** Monografia - Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2010.
- FILHO, José Sobreiro.; CARDOSO, Messias Alessandro.; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.

Revista NERA. V.22, n. 50. 2019.

FONSECA, Mariana Brito da. **Desmantelamento da agricultura familiar e insegurança alimentar:** quais foram as estratégias de desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? (2011-2022). Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFP. Recife, 2023.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.** Fortaleza, 2006.

HADDAD, Ludmilla Neves. **Analisando as tensões entre a produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos da reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ.** Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2009.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS; Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sérgio Pereira. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

HOELLER, Silvana Cássia; FAGUNDES, Maurício; VERGARA, Édina Mayer. **Caminhos da reforma agrária popular agroecológica.** Society and Development , v. 10, n. 6. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo agropecuário 2017.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In.: LEITE, Pedro Sisnado et al. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Paralelo, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida:** Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Campus: 1999.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MOREIRA, Rui. **Formação do espaço agrário brasileiro.** Editora Brasiliense. São Paulo: 1990.
- NASCIMENTO, A. F.; PIZAIA, M. G.; CAMARA, M. R. Fontes de financiamento da agricultura brasileira. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.
- PARANHOS, Paulo. O açúcar em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX. Revista da ASBRAP, n. 9. 2002.
- PEDLOWSKI, Marcos Antônio; TERRA, Maria Alice da Costa. **As características e repercussões socioambientais do uso de agrotóxicos em um assentamento de reforma agrária no Norte Fluminense.** XIX Encontro Nacional de Reforma Agrária, pp. 1-25. São Paulo, 2009.
- PEREIRA, J. M. M. **Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002).** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2015.
- PESSÔA, Rafaella Gonçalves dos Santos. O debate político em torno da reforma agrária brasileira no contexto dos anos de 1960. Anais do 2º Encontro Internacional História e Parcerias. 2019.
- PINTO, J. R. P. **O ciclo do Açúcar em Campos.** Primeira Edição Campos dos Goytacazes: Carmen Lúcia Mafra Portugal, 1995.
- PINTO, Rafaela de Souza. **“Hoje é dia de feira”:** apontamentos sobre a Feira da Roça e a Feira do Peixe em Campos dos Goytacazes. Monografia – Ciências Sociais – Universidade Federal Fluminense, 2016.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed). **Ecología, campesinato y historia.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

- ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil:** compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. Estudo dos assentamentos da região Centro-Sul. Estudo dos assentamentos da região Centro-Sul, Presidente Prudente, 2008.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares.** Brasília: Ipea, dezembro de 2022.
- SANTANA, Cynara Martins; BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. Os principais desafios para a institucionalização do PAA nos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense. *Revista de Geografia Agrária*, vol. 10, nº20, p. 62-87. 2015.
- SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. O que teve de reforma agrária no governo Lula? *Revista de Geografia Agrária*. Vol 6, nº12. p. 63-78. 2011.
- SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO.; M. A.; SCHNEIDER. S.; (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil.** Grupo de Trabalho: Desarrollo con Cohesión Territorial, nº 145. Santiago: 2013.
- SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** *Revista Grifos: Unochapecó*, v. 30, n. 51. 2021.
- SILVA, Iris Karine Santos. **A Reforma Agrária no Governo Dilma.** Dissertação do Mestrado em Serviço Social - Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2017.
- SILVA, José Graziano da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** Editora HUCITEC, São Paulo. 2º edição. 1980.

- SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndios**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2008.
- SILVA, Roberto Cezar R. S. da. **Formação econômica da Região Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes/RJ, 2002.
- SILVA, R. C. R. S.; CARVALHO, A. M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: Pessanha, R. M.; Silva Neto, R. (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.
- SOARES, Kíssila Neves. **Identificando os impactos da distribuição espacial e das ações coletivas na consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. UENF. Campos dos Goytacazes, 2013.
- SOUZA, Paulo Marcelo; SOUZA, Hadma Milaneze de; PONCIANO, Niraldo José. Distribuição da terra e disponibilidade de áreas nos estabelecimentos familiares do Rio de Janeiro. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. v.14. Rio de Janeiro, 2020.
- STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.
- TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)**. Tese do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.
- VIANA, Simone da Silva; TERRA, Denise Cunha Tavares. **As transformações do mundo do trabalho no setor sucroalcooleiro na Baixada Campista/RJ**. Petróleo, Royalties e Região, v. 1. 2020.
- WOORTMANN, Klaas. **A família trabalhadora**. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Dissertação** – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. UENF. Campos dos Goytacazes, 2004.

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO NO ZUMBI DOS PALMARES

PESQUISA SOBRE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

1. Data: _/_____/_____
2. Questionário Número: _____
3. Entrevistador: _____
4. Nome do entrevistado: _____
5. Relação com o ex-assentado no lote: _____
6. Data da chegada no lote: _/_____/_____
7. Núcleo: _____ 8. Lote: _____
9. Área do lote: _____
10. Quantas pessoas compõem a sua família?
_____ de 0 a 15 anos
_____ de 16 a 60 anos
_____ acima de 60 anos
11. De que forma você chegou no assentamento?

() MST () INCRA () Sindicato dos Trabalhadores Rurais
() Vizinho () Outro: _____
12. Ainda sobre sua família, quantas têm a agricultura como sua única atividade?

13. Quantas pessoas da família tem outro trabalho fora do assentamento?

14. Caso alguém trabalhe fora do lote, qual o principal motivo para que isso ocorra?
 1. () Renda proveniente do lote é insuficiente para o sustento de todos
 2. () Alta variação da renda obtida dentro do lote
 3. () As atividades fora do lote geram mais renda
 4. () Outro motivo (Explique): _____
15. Dentre os moradores permanentes do lote, há quem receba:
 1. () Aposentadoria
 2. () Pensões
 3. () Bolsa Família
 4. () Cartão Goitacá
16. Tabela de produção e comercialização da produção agrícola de 2022

Cultura	Área plantada (ha)	Unidade	Total produzido	Total comercializado	Preço médio obtido (R\$)	Onde vendeu	Para quem vendeu
Aipim		Caixa					
Cana		Tonelada Dúzia					
Quiabo		Caixa					
Abacaxi		Frutos					
Milho		Sacos					
Maxixe		Caixa					
Milho		Sacos					
Feijão		Sacos					
Tomate		Caixa					

17. Tabela de produção e comercialização da produção agrícola de 2022

Tipo de criação	Unidade	Total	Total comercializado	Preço médio obtido (R\$)	Onde vendeu	Para quem vendeu?
Porcos	Cabeça					
Galinhas	Cabeça					
Vacas	Cabeça					
Bois	Cabeça					
Bezerros	Cabeça					
Cavalo	Cabeça					
Burros	Cabeça					

18. Produção e comercialização de outros produtos

Tipo de criação	Unidade	Total	Total comercializado	Preço médio obtido (R\$)	Onde vendeu	Para quem vendeu?
Leite	Litros					
Queijo	Kilo					
Mel	Litros					

19. Como você escolheu o que iria plantar no seu lote?

20. Tinha prática anterior em todas as culturas plantadas no seu lote?

¹() Sim ²() Não

a. Se sim, como adquiriu esta prática anterior (onde, quando, com quem)?

21. Quando foi a última vez que recebeu a visita de um técnico no lote?

¹() nunca recebeu

⁴() mais de 6 meses e menos de 1 ano

²() menos de 2 meses

⁵() mais de 1 ano

³() entre 2 e 6 meses

22. De que órgão era o técnico que visitou o lote?

¹() INCRA

²() CPT

³() EMATER

⁴() MST

⁵() Não Lembra

⁶() Outros

23. Na sua produção, há o uso de agrotóxicos?

1. () Sim. 0. () Não

²³Se você respondeu sim, quais foram os agrotóxicos usados em 2022?

Agrotóxico	Quantidade usada	Em que culturas usou?	Quanto gastou?

24. Você tem alguma área plantada em que não usa agrotóxicos? () Sim. () Não

25. Se sim, o que planta nessa área?

26. Você participa de que tipo de organização social?

Organização Social	Sim ou Não
Cooperativa	
Associação de núcleo	
Igreja	
Partido político	

27. Em termos da comercialização da sua produção, o que você considera que são os principais obstáculos para que você possa melhorar a venda da sua produção?

28. Em sua opinião, quais seriam as principais medidas a serem adotadas para melhorar a comercialização da produção no seu lote?

29. Bens e utensílios existentes na família

Bem e utensílios	Na chegada no lote	Atualmente
Carro de passeio		
Trator		
Aparelho de TV		
Bicicleta		
Lavadoura de roupa		
Fogão a gás		
Motocicleta		
Aparelho de som		
Bomba estacionária		
Equipamento para aplicar agrotóxico		

ANEXO II – ROTEIRO ENTREVISTA AGRICULTORES FEIRANTES

1. Data:
2. Entrevistado:
3. Assentamento:
4. Tempo em que mora no assentamento:
5. Quantos lotes existem no assentamento?
6. Quais são as principais culturas plantadas no assentamento em que a senhora vive?
7. Quais são os principais canais de escoamento da produção obtida no lote?
8. Quais as culturas mais dependentes da figura do atravessador?
9. Qual o papel dos atravessadores no escoamento da produção do assentamento?
10. Como a senhora vê a relação entre os atravessadores e assentados?
11. De que forma o atravessador atua na determinação dos preços?
12. Já houve casos de calotes por parte dos atravessadores?
13. Como a senhora conseguiu acesso à feira?
14. Quantos agricultores do seu assentamento têm acesso à feira?
15. Além da Feira da Roça e FAS - Campos existem outras feiras a que os assentados têm acesso?
16. Como os assentados trazem a produção para ser comercializada nas feiras?
17. Qual a principal dificuldade para os assentados garantirem uma renda melhor a partir da produção obtida no lote?
18. Há algum incentivo do poder público para melhorar o processo de comercialização da produção no seu assentamento?
19. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o escoamento da produção no seu assentamento?
20. Existe no assentamento alguma forma de produção e/ou escoamento sendo feita de forma coletiva? Se não, por quê?

ANEXO III – ROTEIRO ENTREVISTA FEIRANTE DA FEIRA DA ROÇA

1. Data:
2. Entrevistado:
3. Em que cidade o senhor reside?
4. Possui alguma propriedade rural? Se sim, qual é a área da sua propriedade?
5. O senhor produz algum produto que depois é comercializado na Feira da Roça?
6. Desde quando o senhor participa da Feira da Roça?
7. De que forma conseguiu acesso à Feira da Roça?
8. Em quais pontos da Feira da Roça o senhor comercializa?
9. Além da Feira da Roça, o senhor comercializa em outros locais? Se sim, onde?
10. Quais os principais produtos comercializados pelo senhor?
11. Sobre os produtos comercializados, de onde vem a produção?
12. Dos que sabe, quais seriam os locais de origem?
13. De que forma o senhor traz seus produtos para comercializar nas feiras?
14. Há alguma cooperação entre os feirantes da Feira da Roça para trazerem a produção até os pontos de comercialização?
15. O senhor recebe algum tipo de auxílio da Prefeitura ou de algum outro órgão público para participar da feira?
16. O poder público exerce algum tipo de fiscalização na Feira da Roça?



Aplicação de questionário no Zumbi dos Palmares



Aplicação de questionário no Zumbi dos Palmares



Ônibus oferecido pela Prefeitura de Campos para o transporte das barracas da Feira da Roça



Caminhonete de feirante da Feira da Roça para transportar a produção



**Veículos dos feirantes da Feira da Roça para transportar a produção.
Brizola da UE**



**Horta de um assentado na agrovila do Núcleo IV do Assentamento Zumbi dos
Palmares**